

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

1

O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006) reza que:

“Art. 3.º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).”

Também poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte:

- (A) a sociedade que participe do capital de outra pessoa jurídica, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
- (B) a sociedade filial de pessoa jurídica com sede no exterior, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
- (C) a sociedade resultante de cisão ocorrida em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
- (D) a sociedade cooperativa de consumo, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
- (E) a sociedade por ações, desde que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

GABARITO COMENTADO:

O § 4.º do artigo 3.º do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte indica, em seus incisos, hipóteses em que a pessoa jurídica não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto neste estatuto, para nenhum efeito legal.

O inciso VII abarca a hipótese da pessoa jurídica que participe do capital de outra pessoa jurídica, o que elimina a alternativa (A).

O inciso II abarca a hipótese da pessoa jurídica que é filial de pessoa jurídica com sede no exterior, o que elimina a alternativa (B).

O inciso IX abarca a hipótese da pessoa jurídica resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores, o que elimina a alternativa (C).

O inciso X abarca a hipótese da pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade por ações, o que elimina a alternativa (E).

O inciso VI abarca a hipótese da pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo, o que torna correta a alternativa (D).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

2

Com relação aos *livros comerciais*, desconsiderando a categoria dos micro-empresários e empresários de pequeno porte, analise as afirmativas a seguir.

- I. O livro “Diário”, ou os instrumentos contábeis que legalmente o substituem (as fichas de lançamentos e o livro “Balancetes Diários e Balanços”), é o único livro de escrituração obrigatória para todos os empresários.
- II. Em demanda entre empresário contra não-empresário, o livro comercial faz prova irrefutável a favor do seu titular, desde que atendidos todos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de regularidade do livro.
- III. As sociedades limitadas, regidas supletivamente pelas normas da sociedade simples, estão dispensadas da escrituração do livro “Registro de Duplicatas”.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está correta porque o “Diário” é o único livro obrigatório comum a todos os empresários, nos termos do artigo 1.180 do Código Civil, podendo a sua escrituração ser substituída pelas fichas e pelo “Balancetes Diários e Balanços”, nos termos do artigo 1.185 do Código Civil.

A afirmação II está incorreta porque o artigo 379 do Código de Processo Civil menciona que os livros comerciais, quando preenchem os requisitos exigidos por lei, provam a favor do seu autor somente no litígio entre comerciantes. Essa mesma prova não goza do atributo de inquestionabilidade quando o litígio se dá entre comerciante e não comerciante.

A afirmação III está incorreta porque o “Registro de Duplicatas” é de escrituração obrigatória a todos os empresários que emitem duplicatas, nos termos do artigo 19 da Lei das Duplicatas (Lei n.º 5.474, de 18 de julho de 1968).

Assim, está correta a alternativa (A).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

3

As alternativas a seguir apresentam figuras que estão proibidas de exercer a atividade empresarial, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O falido que, mesmo não tendo sido condenado por crime falimentar, não foi reabilitado por sentença que extingue suas obrigações.
- (B) O magistrado.
- (C) O militar da ativa.
- (D) A mulher casada pelo regime da comunhão universal de bens, se ausente a autorização marital para o exercício de atividade empresarial.
- (E) Os que foram condenados pelo juízo criminal à pena de vedação do exercício de atividade mercantil.

GABARITO COMENTADO:

As seguintes alternativas indicam figuras que estão proibidas de exercer a atividade empresarial:

(A) O empresário cuja falência foi decretada só poderá voltar a exercer a atividade empresarial após a reabilitação, conforme dispositivo da lei que regula a falência do empresário e da sociedade empresária (Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005): “Art. 102. O falido fica inabilitado para exercer qualquer atividade empresarial a partir da decretação da falência e até a sentença que extingue suas obrigações, respeitado o disposto no § 1.º do art. 181 desta Lei.”

(B) Segundo dispositivo da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979): “Art. 36. É vedado ao magistrado: I - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, inclusive de economia mista, exceto como acionista ou quotista;”

(C) Segundo dispositivo do Estatuto dos Militares (Lei n.º 6.880, de 9 de dezembro de 1989): “Art. 29. Ao militar da ativa é vedado comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.”

(E) Segundo dispositivo da Lei do Registro Público de Empresas Mercantis (Lei n.º 8.934, de 18 de novembro de 1994): “Art. 35. Não podem ser arquivados: [...] II - os documentos de constituição ou alteração de empresas mercantis de qualquer espécie ou modalidade em que figure como titular ou administrador pessoa que esteja condenada pela prática de crime cuja pena vede o acesso à atividade mercantil;”

A alternativa (D), por sua vez, indica figura que não está proibida de exercer a atividade empresarial, mormente após a Constituição Federal ter definitivamente estabelecido a igualdade de direitos dentro da sociedade conjugal.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

4

A respeito do *traspasse do estabelecimento empresarial*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O contrato de traspasse de estabelecimento empresarial produzirá efeitos quanto a terceiros só depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis e de publicado na imprensa oficial.
- II. Com relação aos créditos de natureza civil vencidos antes da celebração do contrato de traspasse, o vendedor do estabelecimento continuará por eles solidariamente obrigado, pelo prazo de um ano contado a partir da publicação do contrato de traspasse na imprensa oficial.
- III. Não se admite, mesmo por convenção expressa entre os contratantes, o imediato restabelecimento do vendedor do estabelecimento no mesmo ramo de atividades e na mesma zona geográfica.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está correta, nos termos do artigo 1.144 do Código Civil.

A afirmação II está correta, nos termos do artigo 1.146 do Código Civil.

A afirmação III está incorreta porque o artigo 1.147 do Código Civil admite, diante de autorização expressa, que o alienante do estabelecimento faça concorrência ao adquirente, ainda que imediatamente.

Assim, está correta a alternativa (C).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

5

Com relação ao *registro da empresa*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A matrícula, o arquivamento e a autenticação são atos do registro de empresa.
- II. O empresário que desenvolve atividade rural de grande porte está obrigado a requerer a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- III. Compete ao Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, a execução do ato de registro do empresário.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está correta, nos termos do artigo 32 da Lei do Registro Público de Empresas Mercantis (Lei n.º 8.934, de 18 de novembro de 1994):

A afirmação II está incorreta porque o artigo 970 do Código Civil torna facultativa ao empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, sem distinção quanto à dimensão da atividade.

A afirmação III está incorreta porque a execução do ato de registro do empresário cabe às Juntas Comerciais, competindo ao DNRC a fixação das diretrizes gerais para a prática dos atos de registro, nos termos do artigo 3.º da Lei do Registro Público de Empresas Mercantis.

Portanto, a alternativa (B) está correta.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

6

Segundo o art. 966 do Código Civil, é considerado *empresário*:

- (A) quem é sócio de sociedade empresária dotada de personalidade jurídica.
- (B) quem é titular do controle de sociedade empresária dotada de personalidade jurídica.
- (C) quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.
- (D) quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística.
- (E) quem assume a função de administrador em sociedade limitada ou sociedade anônima.

GABARITO COMENTADO:

A alternativa (C) reproduz exatamente a qualificação de empresário presente no artigo 966 do Código Civil e, portanto, é a alternativa correta.

A alternativa (A) está incorreta porque, para os fins do direito, quem exerce a atividade empresarial é a pessoa jurídica societária, e não os seus sócios.

A alternativa (B) está incorreta porque, para os fins do direito, quem exerce a atividade empresarial é a pessoa jurídica societária, e não o seu controlador.

A alternativa (D) está incorreta, nos termos do artigo 966, parágrafo único.

A alternativa (E) está incorreta porque, para os fins do direito, quem exerce a atividade empresarial é a sociedade empresária, e não os seus administradores.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

7

Com relação às *sociedades nacionais* e *sociedades estrangeiras*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A sociedade constituída segundo a lei estrangeira poderá exercer atividade no Brasil, desde que autorizada pelo Poder Executivo, submetendo-se, quanto aos atos praticados no Brasil, às leis e aos tribunais do país em que se constituiu.
- II. A sociedade é nacional quando é organizada em conformidade com a lei brasileira, tem a sede de sua administração no território brasileiro e com a maioria de seu capital controlado por brasileiros natos.
- III. O estrangeiro está proibido de exercer qualquer atividade empresarial no Brasil.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está incorreta: nos termos do artigo 1.137 do Código Civil, “a sociedade estrangeira autorizada a funcionar ficará sujeita às leis e aos tribunais brasileiros, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil”.

A afirmação II está incorreta porque o artigo 1.123 do Código Civil, ao definir a sociedade nacional, não faz restrição quanto à nacionalidade do controlador.

A afirmação III está incorreta porque o Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980), mormente no seu artigo 106, faz somente algumas restrições ao exercício da atividade empresarial por estrangeiro, mas não a proíbe.

Assim, está correta a alternativa (A).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

8

Com relação à *representação comercial autônoma*, analise as seguintes afirmativas.

- I. Para o exercício da atividade de representante comercial autônomo é necessário o prévio registro no Conselho Regional dos Representantes Comerciais.
- II. O contrato de representação comercial passou a ser regido pelo Código Civil, revogando-se a Lei n.º 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regulava, em sede especial, as atividades dos representantes comerciais autônomos.
- III. O representante comercial autônomo faz jus ao recebimento da comissão quando for feito o pagamento dos pedidos ou propostas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está correta: o artigo 2.º da Lei n.º 4.886, de 9 de dezembro de 1965 (que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos), afirma que “é obrigatório o registro dos que exerçam a representação comercial autônoma nos Conselhos Regionais criados pelo art. 6.º desta Lei”.

A afirmação II está incorreta porque a representação comercial autônoma continua a ser disciplinada pela Lei n.º 4.886, de 9 de dezembro de 1965.

A afirmação III está correta, nos termos do artigo 32 da Lei n.º 4.886, de 9 de dezembro de 1965.

Portanto, a alternativa (C) está correta.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

9

Com relação ao estabelecimento empresarial, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É o complexo de bens organizado para o exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária.
- (B) Refere-se tão-somente à sede física da sociedade empresária.
- (C) Desponta a noção de aviamento.
- (D) Inclui, também, bens incorpóreos, imateriais e intangíveis.
- (E) É integrado pela propriedade intelectual.

GABARITO COMENTADO:

(A) Opção correta, nos termos do artigo 1.142 do Código Civil,

(B) É a opção incorreta: Da redação do artigo 1.142 do Código Civil, verifica-se que a sede da sociedade empresária é mais um dos elementos do estabelecimento, e não o próprio estabelecimento.

(C) Opção correta: O aviamento, que é a capacidade de um estabelecimento produzir lucros e atrair clientela, pressupõe a existência do estabelecimento.

(D) Opção correta: O estabelecimento empresarial tem a natureza de uma universalidade de bens, não havendo qualquer restrição a que bens incorpóreos, imateriais e intangíveis componham o estabelecimento.

(E) Opção correta: Os bens sujeitos à tutela jurídica da propriedade industrial (patentes de invenção, marcas de produtos ou serviços) integram o estabelecimento empresarial, sendo bens imateriais do empresário, por ele também empregados para o exercício de sua atividade.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

10

Com relação aos *atos cambiais*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O aval garante o pagamento do título de crédito e não pode ser parcial.
- II. O endosso possibilita o protesto do título de crédito.
- III. O aceite é ato a ser praticado pelo sacado.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está correta porque o aval, que serve para garantir o pagamento do título de crédito (artigo 14 do Decreto n.º 2.044, de 31 de dezembro de 1908; artigo 30 da Lei Uniforme Relativa às Letras de Câmbio e Notas Promissórias), não pode ser parcial, nos termos do parágrafo único do artigo 897 do Código Civil.

A afirmação II está incorreta porque o endosso serve para transferir a propriedade do título de crédito (artigo 8.º do Decreto n.º 2.044, de 31 de dezembro de 1908; artigo 11 da Lei Uniforme Relativa às Letras de Câmbio e Notas Promissórias).

A afirmação III está correta, pois o aceite é ato a ser praticado pelo sacado (artigo 21 da Lei Uniforme Relativa às Letras de Câmbio e Notas Promissórias).

Portanto, está correta a alternativa (B).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

11

Com relação à *alienação fiduciária em garantia*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor torna-se proprietário do bem alienado e seu possuidor direto.
- II. Não se admite a alienação fiduciária em garantia de bens imóveis.
- III. No contrato de alienação fiduciária, não se admite cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.**
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está incorreta pois, por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor torna-se proprietário do bem alienado e seu possuidor indireto: reza o artigo 1.361, § 2.º, do Código Civil, que “com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor possuidor direto da coisa”.

A afirmação II está incorreta pois se admite a alienação fiduciária em garantia de bens imóveis, havendo até mesmo lei que especificamente disciplina essa modalidade, a Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997.

A afirmação III está correta, nos termos do artigo 1.365 do Código Civil.

Portanto, está correta a alternativa (D).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

12

Com relação ao *protesto*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Protesto é o ato pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.
- II. O protesto é imprescindível para a execução da nota promissória contra o emitente.
- III. O protesto, para o exercício do direito de crédito, não é necessário contra o sacado da duplicata.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está correta, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 9.492, de 10 de setembro de 1997 (que define competência e regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida).

A afirmação II está incorreta, pois o emitente é o principal devedor da nota promissória, prevendo a lei que a sua responsabilidade é idêntica à do aceitante da letra de câmbio (artigo 78 da Lei Uniforme Relativa às Letras de Câmbio e Notas Promissórias), sendo, portanto, facultativo o protesto para o exercício do direito de crédito contra o emitente.

A afirmação III está correta porque, contra o devedor principal da duplicata (o sacado) não é necessário o protesto: a inobservância do prazo de 30 dias a contar do vencimento para se promover o protesto da duplicata importa a perda do direito de regresso apenas contra os endossantes e respectivos avalistas (artigo 13, § 4.º, da Lei n.º 5.474, de 18 de julho de 1968, que dispõe sobre as duplicatas).

Portanto, está correta a alternativa (B).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

13

Com relação à *proteção da ordem econômica e da concorrência*, analise as afirmativas a seguir:

- I. A discriminação de adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços por meio da fixação diferenciada de preços, conduta prevista no artigo 21, XII, da Lei n.º 8.884/94, não caracterizará infração da ordem econômica se essa conduta foi praticada sem a intenção de ou não tiver o efeito de prejudicar a livre concorrência, dominar mercado relevante, aumentar arbitrariamente os preços ou exercer de forma abusiva uma posição dominante.
- II. O Conselho Administrativo de Defesa da Ordem Econômica - CADE, um dos órgãos de defesa da ordem econômica e da concorrência, tem atuação de natureza administrativa tanto repressiva como preventiva.
- III. A livre iniciativa é princípio garantido, no Brasil, em sede constitucional.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está correta porque as condutas elencadas no artigo 21 Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994 caracterizam infração contra a ordem econômica se presentes os pressupostos do artigo 20 da mesma lei, nos termos do caput do artigo 21: “As seguintes condutas, além de outras, na medida em que configurem hipótese prevista no art. 20 e seus incisos, caracterizam infração da ordem econômica”.

A afirmação II está correta porque, nos termos do artigo 54, caput e parágrafos, o CADE poderá autorizar atos que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços

A afirmação III está correta, pois a livre iniciativa está consagrada no caputo do artigo 170 da Constituição Federal.

Portanto, está correta a alternativa (E).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

14

Com relação à *falência*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na falência, não podem ser reclamados os créditos de obrigações a título gratuito.
- II. Na falência, não é atribuição da assembleia-geral de credores a constituição do Comitê de Credores.
- III. O prazo para o credor apresentar ao administrador judicial a sua habilitação ou a sua divergência quanto ao crédito relacionado é de 15 (quinze) dias, contados da publicação do Edital.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está correta, nos termos do artigo 5.º, I, da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

A afirmação II está incorreta, nos termos do artigo 35, II, “b”, da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

A afirmação III está correta, nos termos do artigo 7.º, § 1.º, da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Portanto, está correta a alternativa (E).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

15

Com relação ao *nome empresarial*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) “Alves & Cia. C/A” refere-se a uma sociedade em comandita por ações que optou pela utilização de firma social, sendo Alves um sócio diretor ou gerente da sociedade.
- (B) “Rocco e Irmãos Ltda. EPP” refere-se a uma sociedade limitada que optou pela utilização de firma social e que goza do regime diferenciado e favorecido dispensado às empresas de pequeno porte, sendo Rocco (e alguns de seus irmãos, se não todos) sócio dessa sociedade.
- (C) “José da Silva Minerações S/A” refere-se a uma sociedade anônima que tem como objeto a atividade mineradora, sendo José da Silva uma pessoa que concorreu para o sucesso dessa empresa.
- (D) “José S. da Silva” refere-se a um empresário individual.
- (E) “Companhia Nacional de Armarinhos” refere-se a uma sociedade limitada que adota as normas da sociedade anônima como lei supletiva e que tem como objeto a atividade de armarinhos.

GABARITO COMENTADO:

(A) Correta, nos termos do artigo 1.161 do Código Civil e do artigo 5.º, II, “c”, da Instrução Normativa DNRC n.º 104/07.

(B) Correta, nos termos do artigo 1.158, caput e § 1.º, do Código Civil, artigo 72 do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e artigos 3.º, 5.º, II, “d”, e § 1.º, “c”, e 14 da Instrução Normativa DNRC n.º 104/07.

(C) Correta, nos termos do artigo 1.160, caput e parágrafo único, do Código Civil, artigo 3.º, caput e § 1.º, da lei das sociedades por ações, e artigo 5.º, III, “b”, da Instrução Normativa DNRC n.º 104/07.

(D) Correta, nos termos do artigo 1.156 do Código Civil e artigo 5.º, I, da Instrução Normativa DNRC n.º 104/07.

(E) Incorreta, pois o emprego da expressão “companhia” no começo do nome significa que se está fazendo referência a uma sociedade anônima, nos termos do artigo 1.160 do Código Civil, artigo 3.º, caput, da lei das sociedades por ações, e artigo 5.º, III, “b”, da Instrução Normativa DNRC n.º 104/07.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

16

Com relação à *recuperação judicial*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O processo de recuperação judicial aplica-se a todos os tipos de sociedade dotadas de personalidade jurídica.
- II. O plano de recuperação judicial deverá ser apresentado pelo devedor em Juízo no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial.
- III. Segundo a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, convolam-se em recuperação judicial os processos de concordata ajuizados antes do início de sua vigência.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está incorreta porque o processo de recuperação judicial aplica-se às sociedades empresárias, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

A afirmação II está correta, nos termos do artigo 53 da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

A afirmação III está incorreta, nos termos do artigo 192 a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Portanto, está correta a alternativa (C).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

17

Com relação aos *órgãos sociais das sociedades anônimas*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A assembleia geral ordinária poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da companhia.
- II. O estatuto da companhia poderá prever a existência de órgãos técnicos de assessoramento, não previstos na lei das sociedades por ações.
- III. O conselho de administração é, em princípio, órgão facultativo, sendo obrigatório somente nas sociedades anônimas abertas, nas de capital autorizado e nas de economia mista.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está incorreta: a competência da assembléia geral ordinária está restrita aos temas elencados no artigo 132 da lei das sociedades por ações, sendo que, para qualquer outro tema, é necessária a convocação de uma assembléia geral extraordinária, conforme o artigo 131 da mesma lei.

A afirmação II está correta, nos termos do artigo 160 da lei das sociedades por ações.

A afirmação III está correta, nos termos do artigo 138, caput e § 2.º, da lei das sociedades por ações.

Portanto, está correta a alternativa (C).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

18

Com relação à *constituição das sociedades anônimas*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para a validade da constituição da sociedade anônima, são necessários, no mínimo, sete subscritores iniciais de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.
- II. Para a constituição por subscrição pública, é necessário o prévio pedido de registro da emissão de ações na Comissão de Valores Mobiliários, assinado pelo fundador e por uma instituição financeira intermediária.
- III. É possível a constituição de uma companhia fechada por meio de escritura pública lavrada em cartório de notas.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está incorreta pois, segundo o artigo 80, I, da lei das sociedades por ações, a constituição da companhia depende da subscrição, de pelo menos por 2 pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto.

A afirmação II está correta, nos termos do artigo 82 da lei das sociedades por ações.

A afirmação III está correta, nos termos do artigo 88, caput e § 2.º, da lei das sociedades por ações.

Portanto, está correta a alternativa (C).

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

19

Com relação à *propriedade industrial*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os bens industriais patenteáveis são a invenção e o modelo de utilidade.
- II. A marca de alto renome gozará de proteção em todos os ramos de atividade, excepcionando-se, assim, a regra da especificidade, segundo a qual a proteção da marca é restrita à sua classe de produtos ou serviços.
- III. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 anos, contados da data do depósito, ou pelo prazo de 10 anos, contados da concessão, o que ocorrer por último, ressalvada, no segundo caso, a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação I está correta, nos termos dos artigos 2.º, I, 8.º e 9.º da Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial).

A afirmação II está correta, nos termos do artigo 125 da Lei da Propriedade Industrial.

A afirmação III está correta, nos termos do artigo 40 da Lei da Propriedade Industrial.

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

20

Com relação às *sociedades limitadas*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Salvo estipulação em contrário, nas omissões do capítulo do Código Civil que trata das sociedades limitadas, aplicam-se as regras da sociedade simples também dispostas no Código Civil.
- (B) Admite-se, na sociedade limitada, a contribuição do sócio que consista em prestação de serviços.
- (C) Se autorizado pelo contrato social, a sociedade limitada pode ter administrador não-sócio; inexistente esta autorização, só os sócios podem ser administradores.
- (D) Se a sociedade limitada tiver no máximo 10 (dez) sócios, o contrato social pode prever que as deliberações sejam tomadas em reunião de sócios e não em assembleias.
- (E) Na sociedade limitada, é facultativa a instalação do Conselho Fiscal.

GABARITO COMENTADO:

- (A) Correta, nos termos do artigo 1.053, caput, do Código Civil.
- (B) Incorreta, nos termos do artigo 1.055, § 2.º, do Código Civil.
- (C) Correta, nos termos do artigo 1.061 do Código Civil.
- (D) Correta, nos termos do artigo 1.072, § 1.º, do Código Civil.
- (E) Correta, nos termos do artigo 1.066 do Código Civil.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

21

Com relação aos tributos de competência dos Estados é correto afirmar que:

- (A) o ICMS deverá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- (B) o ITCMD terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar, caso o doador tenha domicílio ou residência no exterior.
- (C) o ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal, sendo que, em casos de isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não ocorrerá a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- (D) em razão de expressa disposição constitucional e atendimento ao princípio da capacidade contributiva, o IPVA não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização dos veículos.
- (E) o ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas por resolução do Confaz.

GABARITO COMENTADO:

(A) Alternativa incorreta posto que o ICMS poderá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços, conforme dicção do inciso III, do §2º do artigo 155 da CF/88.

(B) Alternativa correta em obediência ao inciso III, do §1º do artigo 155 da CF/88.

(C) Alternativa incorreta por franca contrariedade à alínea b do inciso II do § 2º do artigo 155 da CF/88.

(D) Alternativa incorreta posto que a CF contempla disposição expressa em sentido contrário.

(E) Alternativa incorreta. As alíquotas máximas não de ser fixadas pelo Senado Federal (art.155, §1º, inciso IV da CF)

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

22

Em relação às normas constitucionais relativas às *contribuições previdenciárias*, examine as afirmativas a seguir.

- I. A seguridade social será financiada, dentre outras, por contribuições a cargo do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, desde que com vínculo empregatício.
- II. As contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- III. A lei definirá os setores de atividade econômica para os quais as contribuições incidentes sobre a receita ou faturamento serão não-cumulativas.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

Afirmção I incorreta posto que a incidência independe do vínculo empregatício. (art.195, I, a da CF).

Afirmção II está correta ante a expressa previsão do parágrafo 9º do artigo 195 da CF.

Afirmção III está correta. (parágrafo 12 do artigo 195)

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

23

As alternativas a seguir apresentam *atribuições da lei complementar tributária, à exceção de uma*. Assinale-a.

- (A) Instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
- (B) Dispor sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- (C) Instituir o imposto sobre grandes fortunas.
- (D) Dispor sobre os requisitos para o gozo da imunidade tributária relativa a impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos.
- (E) Atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.

GABARITO COMENTADO:

Alternativa A correta, conforme artigo 195, parágrafo 4º.

Alternativa B correta, conforme artigo 146, III, “c” da CF/88.

Alternativa C correta, conforme o artigo 153, VII.

Alternativa D correta, conforme alínea C, VI do artigo 150 da CF.

Alternativa E incorreta, posto que dita atribuição há de ser feita pela lei ordinária de cada um dos entes tributantes que, porventura, instituíam a substituição tributária para frente.



DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

24

As alternativas a seguir apresentam *princípios tributários* consagrados no texto constitucional, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Princípio do não-confisco.
- (B) Princípio da liberdade de tráfego.
- (C) Princípio da anualidade.
- (D) Princípio da anterioridade.
- (E) Princípio da capacidade contributiva.

GABARITO COMENTADO:

O princípio da anualidade, que exigia a prévia autorização orçamentária para que os tributos pudessem ser cobrados em um determinado exercício não mais vigora no atual panorama constitucional.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

25

Com relação à interpretação e integração da legislação tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- II. A lei tributária, expressa ou implicitamente expressa pela Constituição Federal, pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado utilizados para definir ou limitar competências tributárias.
- III. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão, extinção ou exclusão do crédito tributário.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

I está incorreta por afronta ao § 2º do artigo 108 do CTN.

II está incorreta por afronta ao artigo 110 do CTN.

III está incorreta por afronta ao artigo 111, I, do CTN.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

26

Com relação ao *lançamento tributário*, analise as afirmativas a seguir.

- I. De acordo com a redação do CTN o lançamento por homologação é aquele efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- II. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado a qualquer tempo em virtude da caracterização de erro de direito.
- III. Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

Afirmiação I incorreta. O lançamento ora descrito é o denominado lançamento por declaração, nos termos do artigo 147 do CTN.

Afirmativa II está incorreta posto que somente são admitidas hipóteses de alteração do lançamento em casos de erro de fato. (art.s 146 e 149 do CTN).

Afirmativa III está correta, conforme o § 1º do artigo 144.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

27

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A solidariedade tributária instaura-se entre os sujeitos que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e, nesta hipótese, não comporta benefício de ordem.
- (B) A capacidade tributária passiva independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- (C) A denúncia espontânea, formulada antes da notificação do lançamento ao sujeito passivo, exclui a responsabilidade por infrações à legislação tributária, desde que acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa.
- (D) O sujeito passivo é denominado contribuinte quando tem relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (E) O sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada à prática ou abstenção de ato que não configure obrigação principal.

GABARITO COMENTADO:

Alternativa A está correta em obediência ao estatuído no artigo 124 do CTN.

Alternativa B está correta por força do inciso II do artigo 126 do CTN.

Alternativa C está incorreta posto que a denúncia espontânea somente pode ser formulada até que iniciado o procedimento de fiscalização (art.138 do CTN)

Alternativa D está correta ante a consonância com a letra do artigo 121 do CTN.

Alternativa E está correta ante a inteligência dos artigos 122 e 115 do CTN.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

28

Com relação à *dívida ativa*, analise as afirmativas a seguir.

- I. O lançamento regularmente notificado ao contribuinte, porque dotado de exigibilidade, constitui dívida ativa tributária.
- II. A certidão de dívida ativa poderá ser emendada ou substituída até a decisão de primeira instância judicial, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- III. A certidão negativa de débito expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

GABARITO COMENTADO:

(I) Está incorreta posto que, de acordo com o artigo 201 do CTN, somente constitui dívida ativa o crédito regularmente inscrito, o que ainda não ocorre com a mera notificação do lançamento.

(II) Está correta por força do parágrafo 8º do artigo 2º da Lei de Execuções Fiscais (Lei n.6.830/80)

(III) Afirmativa correta conforme dicção do artigo 208 do CTN.



DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

29 (QUESTÃO COM GABARITO ALTERADO PARA A LETRA D)

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A cobrança judicial do crédito tributário fica sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- II. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do *de cuius* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.
- III. A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, sem qualquer exceção.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.**
- (E) se somente a afirmativa III estiver correta.

GABARITO COMENTADO:

Esta questão teve seu gabarito alterado porque o gabarito provisório aponta correta a alternativa A por estarem pretensamente corretas as afirmativas I e II.

Fato é que a afirmativa I é patentemente errônea, por absoluta contrariedade aos termos do artigo 187 do CTN. Assim, apenas a afirmativa II está correta.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

30

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É inconstitucional a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção, tratamento e destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
- (B) É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis – ITBI, com base no valor venal do imóvel.
- (C) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal não constitui fato gerador do ICMS a saída física de máquinas e utensílios a título de comodato.
- (D) É inconstitucional a incidência do ISSQN sobre operações de locação de bens móveis.
- (E) Cabe a restituição do ICMS pago indevidamente quando reconhecido que o contribuinte de direito não recuperou do contribuinte de fato o *quantum* respectivo.

GABARITO COMENTADO:

I - Afirmação incorreta ante a contrariedade aos termos da Súmula Vinculante n.19 do STF.

II – Afirmação correta, conforme a Súmula 656 do STF.

III – Afirmação correta, conforme a Súmula 573 do STF.

D – Correta por força da Súmula Vinculante n.31

V – Afirmação correta, conforme a Súmula 546 do STF.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

31

Com relação aos *empréstimos compulsórios*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os empréstimos compulsórios deverão ser instituídos por meio de lei complementar.
- (B) A instituição do empréstimo compulsório se justifica quando, para atender a calamidade pública, são necessárias despesas extraordinárias.
- (C) A iminência de guerra externa é fundamento suficiente para a instituição de empréstimo compulsório.
- (D) Todos os entes da Federação têm competência para a instituição do empréstimo compulsório, desde que haja urgência de investimento público.
- (E) O empréstimo compulsório poderá ser instituído sob o fundamento de relevante interesse nacional.

GABARITO COMENTADO:

O artigo 148 da Constituição Federal de 1988 relaciona as hipóteses de cabimento do empréstimo compulsório, reservando exclusivamente à União a competência para, mediante lei complementar, instituí-lo.



DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

32

Com relação à *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* (CIDE), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Não poderá incidir sobre receitas de exportação.
- (B) Não poderá incidir sobre a importação de produtos estrangeiros.
- (C) Poderá incidir sobre a importação de serviços.
- (D) Poderá ter alíquota *ad valorem* tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação.
- (E) Poderá ter alíquota específica tendo por base a unidade de medida adotada.

GABARITO COMENTADO:

Segundo o parágrafo 2º do artigo 149 da Constituição Federal de 1988, a CIDE poderá incidir sobre a importação de produtos estrangeiros.



DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

33

O Código Tributário Nacional, em seu artigo 156, relaciona expressamente as hipóteses de *extinção do crédito tributário*.

As alternativas a seguir apresentam hipóteses que estão inseridas na extinção do crédito tributário, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Novação.
- (B) Dação em pagamento com bens imóveis.
- (C) Transação.
- (D) Compensação.
- (E) Pagamento antecipado e homologação do lançamento.

GABARITO COMENTADO:

Ao rol exposto no artigo 156 do Código Tributário Nacional silencia a respeito da novação, assim entendida como a extinção de uma obrigação mediante a criação de outra que substituirá a primeira.



DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

34

As alternativas a seguir apresentam modalidades de *suspensão da exigibilidade do crédito tributário*, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A moratória.
- (B) As reclamações e os recursos, consoante a legislação que regula o processo administrativo.
- (C) A liminar em mandado de segurança.
- (D) A compensação.
- (E) O parcelamento.

GABARITO COMENTADO:

O artigo 151 do Código Tributário Nacional relaciona as hipóteses de suspensão do crédito tributário, sendo a compensação uma modalidade de “extinção” do crédito tributário.



DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

35

Com relação ao ICMS, assinale a alternativa correta.

- (A) Os serviços de comunicação não estão sujeitos ao ICMS.
- (B) Não pode haver uma mesma operação comercial, ainda que de natureza mista (com fornecimento de mercadoria e prestação de serviços), que seja tributada tanto pelo ICMS (valor da mercadoria) como pelo ISS (valor do serviço).
- (C) Incide no caso de transferência de titularidade de bens do ativo fixo ou imobilizado.
- (D) Não incide quando se tratar de bem ou mercadoria importado por pessoa que não seja contribuinte habitual do imposto, nos termos das Constituição Federal.
- (E) Será garantida a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores no caso de exportação de mercadorias, mesmo que a Constituição Federal expressamente determine a não incidência do ICMS sobre mercadorias e serviços destinados ao exterior.

GABARITO COMENTADO:

O direito à manutenção e aproveitamento do montante do imposto pago é assegurado pelo artigo 155, X, “a”.



DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

36

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O contribuinte de direito poderá postular a repetição do indébito se estiver autorizado por quem tenha assumido o encargo financeiro do tributo.
- II. Os juros moratórios são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.
- III. A correção monetária incide a partir do pagamento indevido.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

I – correta, consoante o disposto no artigo 166 do CTN

II – correta, nos termos da Súmula 188 do STJ

III – correta, nos termos da Súmula 162 do STJ

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

37

Com relação ao adquirente de *fundo de comércio ou estabelecimento comercial*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Terá responsabilidade integral se o alienante cessar a exploração da atividade.
- II. Terá responsabilidade subsidiária se o alienante iniciar, em até seis meses, nova atividade em outro ramo de comércio.
- III. Será responsável no caso de aquisição de filial mediante alienação judicial em processo de falência.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.**
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

Afirmativa I – correta, nos termos do artigo 133, I

Afirmativa II – correta, nos termos do artigo 133, II

Afirmativa III – nos termos da Lei Complementar 108/05, o adquirente de filial, por meio de alienação judicial em processo de falência NÃO será responsável por sucessão.



DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

38

Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O Código Tributário Nacional, no artigo 195, nega aplicação às disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar os livros comerciais do contribuinte.
- (B) A fiscalização tem o seu poder limitado, dentre outras, por força de questões funcionais e territoriais.
- (C) O sigilo de correspondência não pode ser invocado pelo contribuinte em sua defesa, uma vez que este direito poderá ser afastado no exercício da fiscalização pelas autoridades administrativas, mesmo sem haver autorização judicial.
- (D) O Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento no sentido de não ser possível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo de cobrança de tributo.
- (E) Não se admite, segundo entendimento consagrado no Supremo Tribunal Federal, a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

GABARITO COMENTADO:

Fundamento – artigo 5º, XII da Constituição reconhece como inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de tal forma que o fato gerador identificado no procedimento fiscalizatório, mediante violação do direito ao sigilo de correspondência, não poderá fundamentar a autuação, salvo por eventual autorização judicial.



DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

39

Com relação aos *tratados internacionais bilaterais* firmados para evitar a bitributação, assinale a alternativa correta.

- (A) Versam especificamente sobre tributos incidentes sobre a renda e o capital.
- (B) Encontram-se submetidos às regras do GATT e OMC.
- (C) Podem ser interpretados sempre de acordo com a lei interna dos países signatários.
- (D) Ampliam, em muitos casos, a tributação (alíquota e base de cálculo) prevista na lei interna.
- (E) Não dependem de referendo do Congresso Nacional, sendo prerrogativa exclusiva do chefe do Executivo.

GABARITO COMENTADO:

Os *tratados internacionais bilaterais* em matéria tributária tem por objeto os tributos incidentes sobre a renda e o capital.

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO

40

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A principal característica do contribuinte do ICMS é a habitualidade, admitindo-se exceção pelo critério de volume.
- II. O responsável ou sujeito passivo indireto é todo aquele obrigado ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, mesmo sem revestir-se da condição de contribuinte.
- III. A entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado, para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se também como fato gerador do imposto.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

Afirmativa I - Conforme disposto no artigo 4º, parágrafo único da Lei Complementar 87/96

Afirmativa II – conforme artigo 121, parágrafo único, II do CTN

Afirmativa III – conforme artigo 7º da Lei Complementar 87/96

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

41

Com relação ao *Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor* – IPVA, instituído e cobrado no Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O imposto incide sobre a propriedade de aeronaves.
- (B) É isento do pagamento do IPVA os veículos automotores terrestres com mais de 15 (quinze) anos de fabricação.
- (C) A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo automotor.
- (D) A alíquota é de 3% para automóveis de passeio e camionetas bi-combustíveis, movidos a álcool e/ou gasolina.
- (E) O imposto é devido por duodécimos ou fração que falem para o término do exercício, na hipótese de perda da condição de não-incidência ou de isenção.

GABARITO COMENTADO:

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA tem disciplina na Lei 2.877/97, cujo art. 1º estabelece a incidência do imposto sobre a propriedade de veículo terrestre, com o que fica evidente a incorreção da afirmativa feita em a), por referir-se a aeronaves. A resposta adequada para a questão, consequentemente, está em a), haja vista que as demais alternativas não contêm erro, bastando verificar as disposições de sobredita lei, assim: b) art. 5º, VII; c) art. 6º; d) art. 10, II-A, acrescentado pela Lei 5.635/2010; e) art. 12. III.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

42

Com relação ao *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação* – ITD, no caso de extinção de usufruto de imóvel por renúncia do usufrutuário, assinale a afirmativa correta.

- (A) O imposto não é devido, pois o ITD só incide sobre transmissão *causa mortis*.
- (B) O imposto é devido, desde que o usufrutuário não seja proprietário de outro imóvel.
- (C) O imposto não é devido, salvo se a extinção do usufruto tivesse decorrido de morte do usufrutuário.
- (D) O imposto é devido, pois ocorreu transmissão de direito real sobre o imóvel.
- (E) O imposto é devido, sendo a base de cálculo do ITD equivalente a 60% do valor do bem.

GABARITO COMENTADO:

Nos termos do art. 1º, II e III, da Lei 1.427/89, o ITD incide sobre a transmissão (*causa mortis* ou por doação) de direitos reais sobre imóveis e de direitos relativos a bens móveis de qualquer natureza. A renúncia ao usufruto implica em transmissão de direitos sobre os bens antes objeto do usufruto, sem onerosidade. Dá linhas definitivas a essa conclusão o fato de referida lei conceder isenção do ITD na extinção do usufruto “em decorrência de sucessão *causa mortis*” (nas condições expressas no art. 3º, III), não o fazendo tocante às demais espécies de extinção de usufruto; e mais, define a base de cálculo do imposto para os casos de extinção de usufruto, no art. 11, I. Daí, a alternativa que responde corretamente a pergunta está em D).

As demais alternativas apresentam erro. Em B) e C) têm-se hipóteses concernentes à extinção de usufruto face à sucessão *causa mortis*, que não constitui a hipótese da pergunta; em A) o ITD incide também nas doações; em e) o erro está em que a base de cálculo, no caso, corresponde a 50% do valor do bem, cf. definido no art. 11, I da Lei 1.427/89 (e não 60%).

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

43 (QUESTÃO ANULADA)

Com relação à *Taxa Judiciária*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Nos processos contenciosos em que sejam autores a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a taxa será devida, na execução, pela parte contrária, quando condenada ou no caso de aquiescência ao pedido, desde que os referidos entes políticos concedam igual benefício ao Estado do Rio de Janeiro.
- (B) A Taxa Judiciária incide sobre os serviços de atuação de todos os que intervêm nos processos judiciais.
- (C) Os atos praticados dentro de processo judicial, no qual se pagou a Taxa Judiciária, se autônomos, como a reconvenção e os embargos do devedor, sujeitam-se ao pagamento de Taxa Judiciária.
- (D) A base de cálculo da Taxa Judiciária é o valor do pedido, assim entendido a soma do principal, juros, multas, honorários e quaisquer vantagens pretendidas pelas partes.
- (E) Nos inventários e arrolamentos, a Taxa Judiciária deve ser paga até o último dia útil do sexto mês posterior à distribuição.

GABARITO COMENTADO:

Esta questão está anulada porque o enunciado solicita a afirmativa incorreta e a questão possui duas que o atendem: "A" e a "B". O fundamento basilar é que o Município não dispõe de Poder Judiciário e só pode dar tratamento recíproco nas taxas e contribuições que se insiram em sua competência tributária (jamais relativamente à Judiciária). Invocam o comando expresso do parágrafo único do art. 115 do Decreto-lei 05/75 (Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro) para fundamentar tal entendimento.

Houve falha na elaboração da alternativa (A), onde não devia constar menção aos "Municípios"; i.e., na feitura de seu texto, partiu-se da literalidade do citado art. 115 do CTE (caput e parágrafo único), sem a retirada da expressão "os Municípios". Pois, se a questão envolve "Taxa Judiciária" descabe a alusão lá feita, de que os entes políticos antes relacionados (com inclusão dos Municípios), "concedam igual benefício ao Estado do Rio de Janeiro". Consabido que aos Municípios falta competência para instituir e cobrar tal "Taxa", daí decorrendo que a reciprocidade só pode ser exigível tocante a outras taxas e contribuições, como reza o parágrafo único de sobredito dispositivo legal..

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

44

Com relação aos *prazos* para a prática dos atos no processo administrativo tributário, à luz das disposições do Código Tributário Estadual (Decreto-lei nº. 5/75), é correto afirmar que:

- (A) o prazo para realização da perícia é fixado pela autoridade competente, atendido o grau de complexidade da matéria a ser examinada.
- (B) a autoridade competente não pode prorrogar os prazos, ou reabri-los, a não ser diante apenas da ocorrência de caso fortuito ou de força maior.
- (C) não estando fixado na legislação, o prazo é de 5 (cinco) dias para a parte e, para o servidor, de 10 (dez) dias.
- (D) os prazos são contínuos, excluindo-se em sua contagem o dia do início e o do vencimento.
- (E) o prazo de recurso da resposta contrária aos contribuintes, em consulta por estes formulada, será, no mínimo, de 10 (dez) dias.

GABARITO COMENTADO:

A única afirmativa correta é a contida em a), à luz do disposto no art. 244 do CTE.

Todas as outras apresentam erro: b) cf. CTE, art. 209, pode sim também “atendendo à complexidade da matéria”; c) cf. CTE, art. 209, § 3º, na hipótese, o prazo é de 10 dias para a parte e 5 para o servidor; d) cf. CTE, art. 207, o dia do vencimento do prazo inclui-se na contagem; e) cf. CTE, art. 278, o prazo referido é no mínimo de 15 dias.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

45

Com relação ao *juízo* do litígio no processo administrativo tributário no estado do Rio de Janeiro, quanto à indicação do órgão ou autoridade competente para decidir, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Recurso de decisão unânime de Câmara do Conselho de Contribuintes, desfavorável à Fazenda = Secretário de Estado da Fazenda.
- (B) Recurso voluntário de decisão unânime de Turma da Junta de Revisão Fiscal = Conselho de Contribuintes.
- (C) Impugnação de decisão do Titular da Inspeção de Fiscalização, que indeferiu pedido de repetição de indébito = Junta de Revisão Fiscal.
- (D) Recurso de ofício de decisão não unânime de Turma da Junta de Revisão Fiscal = Presidente do Conselho de Contribuintes.
- (E) Recurso de decisão acordada por menos de 3/4 (três quartos) do Plenário do Conselho de Contribuintes, desfavorável à Fazenda = Secretário de Estado da Fazenda.

GABARITO COMENTADO:

A alternativa D) contém flagrante erro, pois, *ex vi* do art. 251 do CTE, o recurso de ofício interposto pela autoridade julgadora de primeira instância é de ser apreciado por uma das Câmaras do Conselho de Contribuintes, e não pelo Presidente deste Tribunal, nada importando se a decisão da Junta de Revisão Fiscal tenha sido por unanimidade, ou não.

As demais alternativas não atendem à questão, por seus corretos teores, considerando as seguintes disposições legais: B) CTE, art. 254; C) Dec. 2473/79, art. 69, parágrafo único, 2 e art. 106; A) e E) CTE, art. 266, II.



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

46

A alíquota do ICMS, aplicável nas operações ou prestações internas, pode ser de 5% (cinco por cento), se prevista:

- (A) em resolução do Senado Federal.
- (B) em convênio interestadual.
- (C) na lei estadual.
- (D) na Constituição Federal.
- (E) na Constituição Estadual.

GABARITO COMENTADO:

A regra é a alíquota interna do ICMS não poder ser inferior às previstas para as operações interestaduais. Como estas estão definidas na Resolução do Senado n. 22/89, em 12% ou 7%, não se poderia ter alíquota de 5%, aplicável nas operações internas, salvo nos casos estabelecidos em deliberação dos Estados e do Distrito Federal (convênio). E essa diretriz normativa consta do art. 199, § 7º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Por isso, a alternativa correta é A).

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

47

Com relação ao *Simples Nacional* (Lei Complementar nº. 123/06), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional pode, de ofício, ser excluída do regime, porque ofereceu resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento onde desenvolve suas atividades.
- (B) A pessoa jurídica, mesmo tendo auferido no ano-calendário receita bruta inferior a R\$ 240.000,00, não pode ingressar no Simples Nacional, porque possui débito com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- (C) A pessoa jurídica, embora tenha sócio domiciliado no exterior, tem seu ingresso admitido no Simples Nacional, porque se dedica exclusivamente à prestação de serviços de instalação, manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática.
- (D) A pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional tem direito à apropriação de crédito do ICMS relativo às entradas de mercadorias em seu estabelecimento, até o limite do imposto efetivamente devido nas operações de venda que realizar.
- (E) A pessoa jurídica, embora optante pelo Simples Nacional, é obrigada ao pagamento do ICMS nas operações ou prestações sujeitas ao regime de substituição tributária.

GABARITO COMENTADO:

O contido em D) é impreciso, atendendo, por isso, ao enunciado da questão. Basta ver o art. 23, da Lei Complementar n. 123/06, que, no *caput*, veda a apropriação de crédito por empresa optante do Simples Nacional, admitindo, em seu § 1º (acrescentado pela Lei Complementar n. 128/08), direito ao crédito do ICMS apenas às pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.

As demais alternativas escapam do enunciado, por seus teores corretos, conforme as seguintes disposições da LC 123/06: A) art. 29, III; B) art. 17, V; C) art. 17, II e § 1º, IX; E) art. 13, § 1º, XIII, “a”.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

48

Com relação ao *fato gerador do ICMS*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Na venda à ordem ou para entrega futura, considera-se ocorrido o fato gerador na data em que se efetivar a saída da mercadoria.
- (B) No caso de o serviço de comunicação ser prestado mediante ficha ou cartão, o fato gerador do ICMS ocorre quando do fornecimento desses instrumentos ao usuário ou ao intermediário.
- (C) A saída de pneu recauchutado ou regenerado, não é fato gerador do ICMS, sempre que efetuada pelo prestador de serviço a consumidor final.
- (D) No caso de importação, considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no desembaraço aduaneiro, inclusive no caso de a entrega da mercadoria importada dar-se antes do ato do despacho aduaneiro.
- (E) Nas transferências de mercadorias para outro estabelecimento da mesma empresa, ocorre o fato gerador na saída das mesmas do estabelecimento remetente.

GABARITO COMENTADO:

A resposta adequada é D), pois, diversamente do lá expresso, o fato gerador ocorre na entrada em território do Estado (cf. art. 3º, XV, da Lei 2657/96).

As demais afirmativas não são aceitáveis, pois têm conteúdo certo, como se observa nas disposições legais seguintes: A) RICMS, Livro I, art. 3º, § 11; B) Lei 2657/96, art. 3º, § 5º; C) LC 116/03, item 14.04 do Anexo e RICMS, Livro I, art. 3º, 5º, 10; E) Lei 2657/96, art. 3º, I.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

49

O contribuinte lançou crédito de ICMS indevido em sua escrita fiscal.

O fiscal de rendas que apurou a irregularidade deve adotar o seguinte procedimento:

- (A) não lavrar auto de infração e apenas intimar o contribuinte a estornar o valor do crédito indevido.
- (B) lavrar auto de infração para exigir apenas a multa de 60% (sessenta por cento) do respectivo valor.
- (C) lavrar auto de infração com exigência do valor do crédito indevidamente apropriado, apenas com acréscimo moratório.
- (D) lavrar auto de infração com exigência do valor do crédito indevidamente apropriado, com acréscimo moratório e multa de 60% (sessenta por cento) do respectivo valor.
- (E) lavrar nota de lançamento.

GABARITO COMENTADO:

Em vista da ocorrência de infração da legislação tributária, o art. 72 do Decreto 2473/79 prevê a lavratura de auto de infração, no caso com exigência do ICMS em valor correspondente ao crédito que não poderia ter sido lançado e aplicação da multa cominada no art. 59, V da Lei 2657/96 (60%). Correta, portanto, a afirmativa contida em D).

As demais apresentam falha, por não cogitar da exigência do valor do imposto indevidamente creditado e da multa; a lavratura do auto de infração é necessária, como visto no art. 72 do Decreto 2473/79; descabida a lavratura de Nota de Lançamento, pois, na forma do art. 93 do Decreto 2473/79, tal lavratura só tem cabimento quando a exigência do crédito tributário, relativo a tributo de lançamento de ofício ou por declaração, não decorra de infração à legislação tributária, como, ao contrário ocorreu na hipótese vertente.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

50

Sociedade empresária “X” importou da França uma máquina para seu ativo permanente. O preço constante dos documentos de importação foi de US\$ 1.000,00.

A importadora suportou as seguintes despesas:

- I. US\$ 100,00 de imposto de importação, à taxa de câmbio de R\$ 2,00;
- II. R\$ 250,00 de IPI;
- III. R\$ 50,00 de despesas aduaneiras diversas;
- IV. R\$ 40,00 de frete pelo transporte do porto até seu estabelecimento.

O pagamento da máquina ao exportador estrangeiro foi feito ao câmbio de R\$ 2,10 e a alíquota do ICMS aplicável na importação foi de 18%.

Assinale a alternativa que indique corretamente a base de cálculo do ICMS.

- (A) igual a R\$ 2.600,00
- (B) inferior a R\$ 2.500,00
- (C) igual a R\$ 2.540,00
- (D) igual a R\$ 2.500,00
- (E) superior a R\$ 3.000,00

GABARITO COMENTADO:

Segundo o art. 4º, inc. V, da Lei 2657/96, a base de cálculo do ICMS incidente na importação equivale ao valor do bem constante dos documentos de importação (convertido em real pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do imposto de importação, cf. art. 11 da mesma lei) = US\$ 1.000,0 X R\$ 2,00 = R\$ 2.000,00, acrescido do imposto de importação = R\$ 200,00, do IPI = 250,00 e das despesas aduaneiras = R\$ 50,00. O somatório dessas parcelas perfaz R\$ 2.500,00, não sendo, contudo, devido ICMS sobre esse montante, pois o valor do imposto integra a base de cálculo do imposto, como determina o art. 5º da Lei 2657/96. Nessa razão, são inaceitáveis as alternativas B) e D); a C) também é incorreta, pois o frete pago pelo transporte do porto ao estabelecimento não constitui despesa aduaneira; e a A) principalmente porque a taxa de câmbio não é R\$ 2,10.

Destarte, como o valor do ICMS integra sua base de cálculo, o *quantum* desta é superior a R\$ 3.000,00, evidenciando isso o fato de que a aplicação da alíquota real (21,95%) sobre o somatório alcançado à luz do art. 4º, V, da Lei 2657/96 (R\$ 2.500,00) faz chegar à quantia de R\$ 548,75, que, adicionada ao referido somatório, alcança cifra claramente maior que R\$ 3.000,00.

Daí, a alternativa correta é E).

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

51

Com relação ao serviço tomado ou à mercadoria entrada no estabelecimento, a Lei Complementar nº 87/96 estabelece a obrigatoriedade do estorno do ICMS de que se tiver creditado o sujeito passivo, sempre que ocorrerem os fatos apresentados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A mercadoria vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.
- (B) A mercadoria for alienada por importância inferior ao valor que serviu de base de cálculo na operação de que decorreu sua entrada no estabelecimento.
- (C) A mercadoria vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- (D) A mercadoria ou o serviço for objeto de saída ou prestação não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.
- (E) A mercadoria for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto.

GABARITO COMENTADO:

O art. 21 da Lei Complementar n. 87/96 estabelece os quatro casos em que se exige o estorno do crédito do ICMS, os quais estão enumerados nas alternativas A), C), D) e E). A hipótese constante da alternativa B) não é prevista em referida lei complementar, constituindo-se, por isso, na adequada resposta à questão.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

52

Com relação à *Nota Fiscal Eletrônica – NF-e*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A NF-e pode ser utilizada em substituição à Nota Fiscal modelo 1 e 1-A, à Nota Fiscal de Venda a Consumidor modelo 2 e à Nota Fiscal do Produtor modelo 4.
- II. A validade jurídica da NF-e é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.
- III. A partir de 1º de dezembro de 2010, é obrigado a emitir NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, o contribuinte que, independentemente da atividade econômica exercida, realize operações destinadas à administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

GABARITO COMENTADO:

Como expresso na alternativa C), apenas duas afirmativas estão corretas, a saber, a contida em II., cf. Ajuste SINIEF 7/05, cl. 1ª e em III., cf. Resolução SEFAZ 266/09, art. 2º, I.

As demais alternativas estão incorretas, bastando conferir com as seguintes disposições do Ajuste SINIEF 7/05: I. cl. 1ª; IV. cl. 9ª; V. cl. 5ª.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

53

Certo contribuinte do ICMS foi objeto de autuação pela fiscalização estadual fluminense.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A lavratura do auto de infração pode ter sido realizada por funcionário da Secretaria da Fazenda Estadual, para tanto designado, mesmo que não exercente do cargo de Fiscal de Rendas.
- (B) A lavratura do auto de infração foi inválida, porque o contribuinte, em perfeita submissão aos dispositivos legais próprios, autodenunciara a irregularidade apontada no auto, antes do início da respectiva ação fiscal.
- (C) Como no caso ocorreu reincidência (pela primeira vez), a multa aplicável teve seu valor original acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).
- (D) Como concomitantemente com a infração de dispositivo de caráter formal – falta de inscrição no Cadastro Estadual – verificou-se também, infração por falta de pagamento do ICMS, aplicou-se multa unicamente pela infração relativa à falta de pagamento.
- (E) O contribuinte pôde saldar o débito objeto da lavratura com redução de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa, pois efetuou seu pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da autuação.

GABARITO COMENTADO:

A única afirmativa correta é a contida em B), eis que seu teor se ajusta ao art. 69 da Lei 2657/96.

As demais apresentam erro, pois: A) a fiscalização e lançamento do imposto competem privativamente ao Fiscal de Rendas, cf. art. 72 da Lei 2675/96; C) os acréscimos de multa para os casos de reincidência, previstos no art. 63 da Lei 2657/96, deixaram de existir, face à revogação desse dispositivo legal, pela Lei 5076/07, art. 2º; D) não se aplica, na hipótese, a regra do art. 68 da Lei 2657/96, pois a infração formal foi por falta de inscrição, isso na forma determinada no parágrafo único de referido dispositivo legal; E) o direito ao pagamento da multa com redução de 50% dá-se quando efetuado no prazo de 10 dias, contados da ciência da autuação, e não 15, como anotado alternativa.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

54

“Sociedade empresária sediada no Estado do Rio de Janeiro, com atividade industrial, promove as seguintes operações:

- I. remessa de mercadoria destinada a conserto;
- II. venda de produtos para um país europeu;
- III. venda de produtos para um estado do Nordeste brasileiro;
- IV. remessa de produtos de sua fabricação para um de seus estabelecimentos localizado no Estado do Rio Grande do Sul.”

Com relação a estas operações, todas destinadas a contribuintes do ICMS, assinale a alternativa correta.

- (A) suspensão / imunidade / incidência, calculado à alíquota de 7% / incidência, calculado sobre o valor de custo da mercadoria produzida.
- (B) isenção / imunidade / incidência, calculado à alíquota de 12% / incidência, calculado sobre o preço praticado pela empresa com comprador não considerado interdependente.
- (C) não incidência / isenção / incidência, calculado à alíquota de 7% / incidência, calculado sobre o custo da mercadoria produzida.
- (D) suspensão / diferimento / incidência, calculado à alíquota de 18% / incidência, calculado sobre o preço FOB estabelecimento industrial à vista.
- (E) isenção / isenção / incidência, calculado à alíquota de 7% / incidência, calculado sobre o preço corrente da mercadoria produzida.

GABARITO COMENTADO:

A alternativa correta é a), pois, em I), tem-se caso de suspensão do imposto, cf. art. 52, I, do Livro I do RICMS; em II), a imunidade tributária descrita no art. 40, II da Lei 2657/96; em III), correto cálculo do ICMS pela alíquota de 7%, cf. art. 14, III, “a”, da Lei 2657/96; em IV), incidência, cf. art. 3º, I, da Lei 2657/96 e base de cálculo correta, segundo o art. 8º, I, “b”, da Lei 2657/96.

As demais alternativas apresentam erro, bastando conferir com as disposições legais acima elencadas.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

55

A respeito dos *Convênios-ICMS*, segundo a Lei Complementar nº 24, de 07.01.75, assinale a alternativa correta.

- (A) Entram em vigor no trigésimo dias após a publicação de sua ratificação nacional, salvo disposição em contrário.
- (B) Podem ser autorizativos e impositivos.
- (C) Dependem, para concessão e revogação de benefícios e isenções do ICMS, de aprovação unânime dos Estados representados.
- (D) Aplicam-se apenas às unidades da Federação cujos representantes tenham comparecido à reunião em que tenham sido celebrados.
- (E) Devem ser ratificados mediante decreto de cada unidade da Federação, no prazo de 10 (dez) dias contados de sua publicação no Diário Oficial da União.

GABARITO COMENTADO:

É a alternativa a) que completa corretamente o enunciado da questão, conforme reza o art. 6º da referida Lei Complementar n. 24/75.

As demais afirmativas são errôneas, pois: b) mencionada lei complementar não faz alusão a tipos de convênios (autorizativos e impositivos); c) para concessão do benefício, exige-se a unanimidade de votos, mas não para revogação, quando bastam 4/5, pelo menos, dos representantes presentes, cf. art. 2º, § 2º; d) na forma do § 1º, do art. 4º e o art. 7º, “os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação, inclusive as que não se tenham feito representar na reunião”; e) o prazo para ratificação dos convênios pelos Estados é de 15 dias, cf. art. 4º (e não 10).

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

56

Sociedade empresária industrial, com relação aos produtos que fabrica e vende, sofre incidência de IPI à alíquota de 15% e concede desconto de 10% apenas para os clientes que firmarem contrato de financiamento com outra empresa do mesmo grupo.

Com relação à base de cálculo do ICMS, assinale a alternativa que apresenta **incorreção** referente à incidência de IPI e à concessão de desconto.

- (A) O valor do IPI não é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se à industrialização por adquirentes contribuintes / O valor correspondente ao desconto inclui-se na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.
- (B) O valor do IPI é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se à comercialização por adquirentes contribuintes / O valor correspondente ao desconto não se inclui na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.
- (C) O valor do IPI não é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se a órgão da Administração Pública Municipal / O valor correspondente ao desconto inclui-se na base de cálculo do ICMS, salvo se concedido de maneira não condicionada.
- (D) O valor do IPI é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se ao consumo por adquirentes não contribuintes / O valor correspondente ao desconto não se inclui na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.
- (E) O valor do IPI não é incluído na base de cálculo do ICMS, no caso de as vendas destinarem-se à comercialização ou à industrialização por adquirentes contribuintes / O valor correspondente ao desconto inclui-se na base de cálculo do ICMS, eis que concedido de maneira condicionada.

GABARITO COMENTADO:

A alternativa B) é adequada, à luz do art. 6º (o valor do IPI não integra a base de cálculo do ICMS, nesse caso) e do art. 5º, II, "a", (integram a base de cálculo os descontos condicionados, como os aludidos na questão), disposições ambas da Lei 2657/96. Ou seja, são incorretas ambas as afirmativas.

As demais alternativas não são aceitáveis, por apresentarem afirmações certas: as duas, em A) e E), e uma certa e outra errada, em C) e D), conclusões que se alcançam com base no contido em sobreditos dispositivos legais.



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

57

Sociedade empresária com atividade comercial, vende e transporta as mercadorias que aliena até o domicílio do comprador, cobrando R\$ X pela mercadoria e acrescentando R\$ Y a título de frete.

Com relação ao ICMS devido por tal contribuinte, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ICMS deve ser calculado apenas sobre R\$ Y.
- (B) O ICMS deve ser calculado apenas sobre R\$ X.
- (C) O ICMS deve ser calculado sobre o resultado da diferença entre R\$ X e R\$ Y.
- (D) O ICMS deve ser calculado sobre o resultado da soma de R\$ X e R\$ Y.**
- (E) O ICMS deve ser calculado sobre o resultado da soma de R\$ X e R\$ Y, apenas se este último valor constar da competente nota fiscal.

GABARITO COMENTADO:

Nos termos do art. 5º, II, “b”, da Lei 2657/96, o valor do frete integra a base de cálculo do ICMS, na situação descrita na questão. Por isso, a alternativa correta é D). As demais, não se ajustam a tal dispositivo legal.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

58

Assinale a alternativa que complete corretamente o texto a seguir:

Com relação ao crédito do ICMS, relativo à aquisição de bem destinado ao ativo permanente, o contribuinte efetuou regular apropriação em prazo inferior a 4 (quatro) anos _____.

- (A) porque o bem do ativo foi alienado antes de decorrido o prazo de 4 (quatro) anos, contado da data de sua aquisição.
- (B) porque o período de apuração do imposto era superior a 1 (um) mês.
- (C) porque o total das operações de saídas tributadas no período foi inferior ao das saídas com destino ao exterior, no mesmo período.
- (D) porque a escrituração da nota fiscal relativa à aquisição do bem se deu fora do prazo regulamentar, embora no mesmo período de apuração da respectiva entrada.
- (E) porque a atividade desenvolvida pelo contribuinte adquirente do bem era exclusivamente comercial.

GABARITO COMENTADO:

De fato, a apropriação do crédito relativo à aquisição de bem destinado ao ativo permanente deve efetivar-se nos 48 meses após a entrada do bem no estabelecimento. Ocorre que, se o contribuinte aliena o bem antes de decorrido os quatro anos, perde o direito ao crédito relativo à fração correspondente ao restante do quadriênio, conforme decreta o art. 33, § 7º, V, da Lei 2.657/96. Correto, portanto, o contido na alternativa a).

Quanto às demais, há imperfeição, já que não ecoam em sobredito parágrafo do art. 33 da Lei 2.657/96.



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

59

Com relação aos *documentos fiscais do ICMS*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os documentos fiscais dispensam a autenticação, embora possa o Poder Executivo exigí-la.
- II. O contribuinte deve emitir o documento fiscal que se ajuste às operações por ele realizadas.
- III. Os documentos fiscais não podem ser cancelados no caso de já terem sido escriturados no livro fiscal próprio, ou dado trânsito à mercadoria.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

As afirmativas I, II e III têm texto correto, a ver: I) Lei 2657/96, art. 51; II) Lei 2657/96, art. 47, I; d) RICMS, Livro VI, art. 26; III) RICMS, Livro VI, art. 6º, II e Lei 2657/96, art. 47, II.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

60

Com relação ao *Sistema Eletrônico de Processamento de Dados – SEPD*, analise as afirmativas a seguir e assinale V para verdadeira e F para falsa.

- I. A emissão de Nota Fiscal de Venda a Consumidor por SEPD condiciona-se ao regular uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF). ()
- II. Pode ser escriturado mediante SEPD o Livro de Movimentação de Produtos (LMP). ()
- III. No caso de impossibilidade técnica de emissão de documentos fiscais pelo SEPD, o documento pode ser preenchido por outra forma. ()
- IV. É permitida, nos livros fiscais escriturados por SEPD, a escrituração das operações ou prestações de todo o período de apuração por meio de emissão única. ()

Assinale a alternativa que contenha, de cima para baixo, a ordem correta.

- (A) F – F – F – V.
- (B) F – V – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) V – F – V – V.
- (E) V – V – V – F.

GABARITO COMENTADO:

A alternativa correta é D), pois positivas são as respostas às perguntas I (*ex vi* do art. 1º, § 3º, do Livro VII, do RICMS), III (com base no art. 10, do Livro VII, do RICMS) e IV (art. 22, do Livro VII, do RICMS). Já a resposta a II é não, face à disposição do art. 1º, *caput*, do Livro VI, do RICMS. A afirmativa II tem resposta negativa, em face do prescrito no art. 1º, do Livro VII, do RICMS.

O contido nas demais alternativas conflita com referidos dispositivos regulamentares.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

61

A Lei nº 2.657/96 cogita da atribuição da qualidade de contribuinte substituto, responsável pela retenção e recolhimento do ICMS, nos casos a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Ao adquirente ou destinatário da mercadoria, pelo pagamento do imposto em operações antecedentes ou subseqüentes.
- (B) Ao industrial ou outra categoria de contribuinte, pelo pagamento do imposto devido em operações anteriores.
- (C) Ao produtor, importador, distribuidor, comerciante ou transportador, pelo pagamento do imposto devido nas operações subseqüentes.
- (D) Ao transportador, pelo pagamento do diferencial de alíquota, em prestações interestaduais de serviço de transporte de bens destinados ao uso, consumo e ativo permanente de contribuinte localizado no Estado do Rio de Janeiro.
- (E) Ao depositário, a qualquer título, em relação à mercadoria depositada por contribuinte.

GABARITO COMENTADO:

Realmente, não consta do art. 21 da Lei 2.657/96 qualquer referência à possibilidade de o transportador figurar como contribuinte substituto do ICMS cobrável a título de diferencial de alíquota, sendo por isso correta a afirmativa D). As demais alternativas referem-se a situações expressas em referido dispositivo legal.



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

62

Assinale a alternativa que contenha as expressões que completam corretamente o texto a seguir.

Segundo a legislação do Estado do Rio de Janeiro, o contribuinte que receber, _____, mercadoria sujeita à substituição tributária, sem que tenha sido feita a retenção _____ na operação _____, fica _____ responsável pelo recolhimento do imposto que deveria ter sido retido.

- (A) de dentro ou de fora do Estado / parcial / subsequente / solidariamente.
- (B) de dentro ou de fora do Estado / total / anterior / solidariamente.**
- (C) de fora do Estado / total / anterior / subsidiariamente.
- (D) de fora do Estado / parcial / subsequente / subsidiariamente.
- (E) de dentro do Estado / parcial / anterior / pessoalmente.

GABARITO COMENTADO:

A alternativa B) é a correta, bastando ver-se o contido no art. 25 da Lei 2.657/96.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

63

Assinale a alternativa que descreva a situação em que o contribuinte pode ser submetido a sistema especial de controle, fiscalização e pagamento do imposto e a arbitramento do valor das operações ou prestações.

- (A) Quando deixar de recolher imposto devido, em prazo estabelecido na legislação.
- (B) Quando deixar de entregar, por período superior a 60 (sessenta) dias, declaração exigida pela legislação.
- (C) Quando ocorrer a inutilização ou extravio de livros ou documentos fiscais.
- (D) Quando mantiver equipamento emissor de cupom fiscal em desacordo com as normas regulamentares.
- (E) Quando, por qualquer motivo, haja necessidade de controlar operações abrangidas por termo de acordo ou regime especial.

GABARITO COMENTADO:

O único caso em que o contribuinte pode ser submetido a sistema especial de fiscalização e a arbitramento, é o descrito em C), face ao previsto no art. 5º e inc. II, do Livro XVI do RICMS, máxime porque a inutilização ou extravio de livros é hipótese também passível de realização de arbitramento, cf. art. 43, VI, da Lei 2657/96.

Nas demais alternativas, têm-se situações em que cabe apenas um dos regimes (sistema especial ou arbitramento). Veja-se: em B) e A), só se pode aplicar o sistema especial (art. 5º, V e VI, do Livro XVI do RICMS); já em D), só cabe arbitramento (cf. RICMS, Livro VIII, art. 11); e em E) só cabe sistema especial, cf. RICMS, Livro XVI, art. 5º, VIII.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

64

A respeito da *Escrituração Fiscal Digital – EFD*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A EFD compõe-se da totalidade das informações fiscais, em meio digital, necessárias à apuração dos impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.
- II. Para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica da EFD, as informações devem ser prestadas em arquivo digital com assinatura digital do contribuinte, certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- III. O contribuinte obrigado à EFD poderá escriturar o livro Registro de Apuração do ICMS, modelo 9, de forma diversa, desde que autorizado pela autoridade competente.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa III estiver correta.

GABARITO COMENTADO:

Adequada a alternativa a), pois as afirmativas contidas em I e II estão corretas, porquanto afinadas com as disposições do RICMS, Livro VI, art. 70, §§ 2º, 3º e 1º, na ordem. Já a afirmativa III contém erro, pois o § 4º do dispositivo antes apontado veda a escrituração diversa da EFD, para os contribuintes obrigados a esse regime.



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

65

A responsabilidade pela retenção do imposto devido nas operações subsequentes com gás natural veicular (GNV) é atribuída:

- (A) ao industrial quanto ao produto que utilizar como bem de consumo.
- (B) à refinaria de petróleo estabelecida no Estado do Rio de Janeiro.
- (C) à distribuidora de combustíveis, como tal definida por órgão federal competente.
- (D) ao transportador revendedor retalhista – TRR.
- (E) à concessionária de distribuição de gás.

GABARITO COMENTADO:

A resposta correta está em E), conforme dispõe o art. 1º, § 4º, do Livro IV do RICMS. As demais alternativas conflitam com essa disposição regulamentar.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

66

Com relação à *apuração e pagamento do ICMS*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Débito de imposto não se confunde com imposto devido.
- II. Adicionam-se aos débitos os estornos de créditos e o saldo credor apurado no período anterior.
- III. Os créditos do período são constituídos pelos valores do imposto relativo às operações de que decorrerem as entradas de mercadorias no estabelecimento.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A alternativa adequada é D), pois são corretas as afirmativas I (cf. arts. 32 e 33 da Lei 2657/96) e III (cf. RICMS, Livro I, art. 26, § 2º).

A outra é imperfeita, pois, em II, os saldos credores não se somam aos débitos, mas sim aos créditos (cf. RICMS, Livro I, art. 26, §§ 4º e 5º).



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

67 (QUESTÃO ANULADA)

Com relação à *Taxa de Serviços Estaduais – TSE*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O não pagamento, total ou parcial, sujeita o infrator à multa corresponde a 80% (oitenta por cento) do valor da TSE não paga.
- (B) A TSE incide sobre os atos expressamente enumerados em lei complementar estadual.
- (C) A TSE não incide sobre os pedidos de benefícios funcionais e recursos de punições estatutárias.
- (D) A pessoa física que der causa à realização dos atos ou serviços que constituem seu fato gerador, é contribuinte da TSE.
- (E) A fiscalização da TSE não é da competência da Secretaria de Estado de Fazenda.

GABARITO COMENTADO:

Esta questão está anulada por conter duas alternativas corretas: a “C” e a “D”, com base no art. 106 do Decreto-Lei 5/75.

Realmente não há erro na alternativa “D”, ex vi de sobredito dispositivo legal. Houve engano em sua digitação, pois da versão original “contribuinte da TSE é a pessoa física, não a jurídica”, subtraiu-se, indevidamente, a expressão “não a jurídica”.

Daí, a duplicidade de alternativas aceitáveis leva à anulação da questão.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

68

Compete ao Estado do Rio de Janeiro regular os procedimentos de fiscalização, de arrecadação e de lançamento de suas receitas não tributárias decorrentes da exploração de recursos hídricos e minerais.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A execução dos referidos procedimentos cabe à Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, ou a outro órgão que venha a substituí-la.
- (B) A mencionada competência do Estado não alcança as receitas decorrentes da exploração de petróleo e gás natural.
- (C) A mencionada competência do Estado exclui a da União para a regulação e fiscalização da exploração de referidos recursos hídricos e minerais.
- (D) Dentre os referidos procedimentos, não se inclui a lavratura de auto de infração pela fiscalização tributária estadual.
- (E) Nos processos referentes à constituição de créditos relativos às referidas receitas não tributárias não são aplicáveis as normas da legislação de regência do ICMS.

GABARITO COMENTADO:

A alternativa correta é a), pois seu teor se afina com o disposto no art. 2º da Lei 5.139/07.

Já as demais apresentam falha, por conflitarem com as disposições da Lei 5.139/07, à frente enumeradas: b) art. 2º; c) art. 1º, § 4º; d) art. 17, § 3º; e) art. 26, I.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

69

Com relação ao *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação* – ITD, devido no caso de escritura pública de inventário e partilha de bens, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O reconhecimento de isenção, imunidade e não incidência deve ser certificado pela autoridade fazendária, no plano de partilha apresentado.
- (B) O ITD deve ser pago antes da lavratura do ato notarial.
- (C) Para processamento da guia de recolhimento do ITD, o interessado deve apresentar à Secretaria de Estado de Fazenda, dentre outros documentos, o plano de partilha, certidões de óbito e de casamento do autor da herança.
- (D) O lançamento do ITD terá por base os valores atribuídos aos bens pela autoridade fiscal.
- (E) Havendo desigualdade nas meações ou entre quinhões, sem compensação financeira compatível, não incide o ITD.

GABARITO COMENTADO:

A afirmação contida em E) é errada, pois, na hipótese lá descrita, incide o ITD, conforme, aliás, registra o art. 3º, parágrafo único da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n. 03/07.

As demais alternativas não servem como resposta à questão, em razão de seus teores corretos, cf. os dispositivos à frente, da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE n. 03/07: A) art. 7º; B) art. 1º; C) art. 2º; D) art. 3º.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

70

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FCPDS vigorará até _____.
- II. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FCPDS não alcança a atividade de _____.
- III. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FCPDS tem base normativa originária em(no/na) _____.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas das afirmativas apresentadas.

- (A) o ano de 2010 / fornecimento de energia elétrica residencial até 400 quilowatts/hora mensais / Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal
- (B) o ano de 2010 / fornecimento de alimentação / lei complementar
- (C) o ano de 2011 / refino de sal para alimentação / lei ordinária
- (D) o ano de 2011 / fornecimento de alimentação / Constituição Estadual
- (E) o ano de 2010 / refino de sal para alimentação / Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

GABARITO COMENTADO:

A alternativa que preenche convenientemente os itens da questão é E), o que se afirma com base nas seguintes disposições da Lei 4.056/02, enumerados na mesma ordem: art. 1º / art. 1º, parágrafo único, III / art. 2º, I / ADCT da CF, art. 82.

As demais alternativas contêm assertos que conflitam com sobreditas disposições legais.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

71

Com base na Lei nº 8.137/90, analise as afirmativas a seguir.

- I. Falsificar ou alterar nota fiscal.
- II. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária.
- III. Vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência.
- IV. Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

Assinale a alternativa que indique a quantidade correta dos tipos de crimes apresentados nas afirmativas.

	Crime contra a ordem tributária	Crime funcional contra a ordem tributária	Crime contra a ordem econômica e as relações de consumo
(A)	2	2	0
(B)	2	1	1
(C)	1	2	1
(D)	1	1	2
(E)	0	2	2

GABARITO COMENTADO:

A resposta adequada está em B), pois **dois** são os crimes contra a ordem tributária (I- Lei 8137/90, art. 1º, III e IV- Lei 8137/90, art. 1º, IV); **um** funcional contra a ordem tributária (II- Lei 8137/90, art. 3º, III) e **um** contra a ordem econômica e as relações de consumo (III- Lei 8137/90, art. 4º, VI).



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

72

O fiscal de rendas que, no exercício de suas atribuições de fiscalização, lançamento e cobrança de tributos, encontrar indícios da prática de ilícitos penais de natureza tributária e conexos, deve:

- (A) registrar o fato no relatório de fiscalização, apenas no caso de se tratar de conduta delituosa prevista nos artigos 1º e 2º da Lei n. 8.137/90.
- (B) formalizar processo administrativo independente.
- (C) representar junto ao Secretário de Estado de Fazenda.
- (D) encaminhar notícia ao titular da sua unidade fiscal.
- (E) comunicar ao Procurador Geral de Justiça a abertura da respectiva sindicância administrativa.

GABARITO COMENTADO:

O contido na alternativa D) completa corretamente o enunciado da questão, *ex vi* do disposto no art. 2º da Resolução Conjunta SER/PGJ n. 14/06.

Todas as demais alternativas não condizem com o contido em sobredito dispositivo regulamentar.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

73

Com relação à *Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS - Substituição Tributária* (GIA-ST) e à *Guia de Informação e Apuração do ICMS* (GIA-ICMS), analise as afirmativas a seguir e assinale V para verdadeiro e F para falso.

- I. O prazo para apresentação da GIA-ST é até o dia 10 do mês seguinte ao das operações realizadas. ()
- II. A GIA-ST pode ser elaborada em formulário escrito. ()
- III. A GIA-ICMS pode ser emitida por programa do próprio contribuinte. ()
- IV. Os estabelecimentos que realizarem exclusivamente ope-ração com livro, revista ou periódico estão obrigados a entregar a GIA-ICMS. ()

Assinale a alternativa que contenha, de cima para baixo, a ordem correta.

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – V – F.
- (C) F – V – V – V.
- (D) F – V – F – F.
- (E) V – F – F – F.

GABARITO COMENTADO:

As respostas corretas das perguntas postas nos itens I a IV estão em a), o que se afirma com base nas seguintes disposições normativas: I- SIM, Resolução 6351/01, art. 3º; II- NÃO, Resolução 6351/01, art. 2º; III- SIM, Resolução 6410/02, art. 3º; IV- NÃO, Resolução 6410/02, art. 2º, § 1º, 9.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

74

Com relação ao sistema de sorteio público de prêmios denominado CUPOM MANIA, assinale a alternativa correta.

- (A) Podem participar do sistema CUPOM MANIA pessoa jurídica ou pessoa física maior de 18 (dezoito) anos, que tenha adquirido mercadoria sujeita à tributação pelo ICMS, como consumidor final.
- (B) A aprovação do regulamento do CUPOM MANIA, com validade de 01 (um) ano, fez-se por resolução do Secretário de Estado de Fazenda, podendo ser prorrogado por outra resolução do próprio Secretário.
- (C) É válido para participar dos sorteios o cupom fiscal impresso por equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), emitido por contribuinte estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a partir de 1º de outubro de 2009.
- (D) Não são considerados válidos, os cupons fiscais emitidos por estabelecimentos optantes pelo Simples Nacional, mesmo se usuários do Sistema Eletrônico de Processamento de Dados – SEPD.
- (E) O envio dos dados do cupom fiscal pode ser efetuado através de telefone fixo ou aparelho celular (por meio de mensagem curta de texto – SMS), ou ainda através da Internet (endereço eletrônico www.cupommania.rj.gov.br).

GABARITO COMENTADO:

A única afirmativa que se apresenta completa, i.e., que esgotou a matéria nele versada, é a contida em B), bastando examinar o art. 1º da Resolução SEFAZ n. 247/09.

As demais alternativas contêm afirmações incompletas, assim: A) para participar do concurso não basta ter mais de 18 anos, mas também quadrar-se nos incs. II e III do art. 3º da Resolução SEFAZ n. 247/09; C) os cupons válidos não são apenas os emitidos a partir de 01.11.09, mas também a partir de 01.01.2010, como estampado no inc. II, do art. 4º da Resolução SEFAZ n. 247/09; D) há outros cupons inválidos, como se vê no § 1º, do art. 4º, da Resolução SEFAZ n. 247/09; E) não apenas, mas também “através de dispositivo móvel de comunicação (aparelho celular)”, como previsto no art. 8º da Resolução SEFAZ n. 247/09



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

75

Com relação à Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, analise as afirmativas a seguir.

- I. Fixa regras atinentes à lei de diretrizes orçamentárias, à lei orçamentária anual e à execução orçamentária e cumprimento das metas.
- II. Proíbe a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita.
- III. Estabelece que o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária, em até 20%.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

Somente o constante da alternativa a) completa corretamente o enunciado da questão, conforme estatui o art. 11 da Lei Complementar n. 101/2000.

Nas demais alternativas, elencam-se atividades e objetivos que nada tem a ver com os requisitos referidos no enunciado.



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

76

Segundo a Lei n. 5.351, de 15 de dezembro de 2008, o parcelamento dos créditos do Estado do Rio de Janeiro, inscritos em dívida ativa:

- (A) não poderá ser deferido, se o crédito pertencer a autarquia ou fundação pública estatal.
- (B) poderá ser deferido em até 60 (sessenta) vezes, se de natureza tributária.
- (C) se deferido, não implica confissão irretratável do débito, nem expressa renúncia ou desistência de qualquer recurso, administrativo ou judicial.
- (D) será cancelado, no caso de falta de pagamento de 3 (três) prestações seguidas ou de 6 (seis) intercaladas.
- (E) terá o valor de suas parcelas mensais corrigido monetariamente, sem qualquer outro acréscimo.

GABARITO COMENTADO:

A única alternativa correta é B), haja vista o disposto no art. 1º da Lei 5351/08.

As demais afirmativas conflitam com as disposições de sobredita lei.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

77

Com relação à participação dos municípios na arrecadação dos impostos estaduais, com base na Lei Complementar nº 63/90, é correto afirmar que:

- (A) as parcelas do ICMS pertencentes aos municípios não compreendem os juros e a correção monetária, quando arrecadados como acréscimos no pagamento do imposto pelo contribuinte.
- (B) para efeito da apuração da participação de cada município na arrecadação do ICMS (25%), o primeiro critério limita em 2/4 (dois quartos) na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios.
- (C) para efeito do cálculo do valor adicionado (ICMS), não se computam os valores das operações e prestações que gozem de isenção do ICMS.
- (D) a participação na arrecadação do IPVA (50%) deve ser imediatamente creditada ao competente município, através do próprio documento de arrecadação, no momento do pagamento do imposto.
- (E) no caso de o crédito relativo ao ICMS ser extinto por compensação ou transação, fica o Estado desobrigado de efetuar qualquer depósito ou remessa dos 25% (vinte e cinco por cento) pertencentes aos municípios.

GABARITO COMENTADO:

É correto apenas o contido na alternativa D), o que se afirma com base no art. 2º da Lei Complementar n. 63/90.

As demais afirmativas são erradas, à luz das seguintes disposições de sobredita lei complementar: A) art. 1º, parágrafo único – compreendem sim; B) art. 3º - o critério refere-se a $\frac{3}{4}$, no mínimo (e não a $\frac{2}{4}$); C) art. 3º, § 2º, I - computam-se sim, os valores das operações isentas; E) art. 4º, § 1º - ao contrário, o Estado deve, “no mesmo ato, efetuar o depósito ou a remessa dos 25% pertencentes aos Municípios”.



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

78

Assinale a alternativa que indique a consequência que advém do fato de o contribuinte escriturar, com atraso, o documento fiscal relativo à aquisição de mercadoria.

- (A) Direito de apropriar o valor do crédito no período correspondente ao da entrada da mercadoria no estabelecimento.
- (B) Perda do direito ao respectivo crédito do ICMS.
- (C) Direito de corrigir monetariamente o valor do crédito
- (D) Sujeição à penalidade, mesmo que não tenha havido início de ação fiscal.
- (E) Obrigatoriedade de comunicação à repartição fiscal competente.

GABARITO COMENTADO:

A resposta expressa em E) é correta, considerando o disposto no art. 30, § 4º, do Livro I do RICMS.

As demais afirmativas são errôneas, por falta de base legal.



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

79

Com relação à *Propaganda* e à *Publicidade*, assinale a alternativa correta.

- (A) São atividades que se sujeitam ao ICMS quanto ao planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade.
- (B) São atividades que se sujeitam ao ICMS quanto à elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
- (C) São atividades que não se sujeitam ao ICMS.**
- (D) São atividades que não se sujeitam ao ICMS, salvo no caso de promoção de vendas.
- (E) São atividades que se sujeitam ao ICMS apenas quanto à publicidade.

GABARITO COMENTADO:

Nos termos do subitem 17.06, do Anexo da Lei Complementar n. 116/03, propaganda e publicidade sujeitam-se ao imposto municipal (ISS), e não ao estadual (ICMS), inclusive quanto à elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários, quanto ao planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade e quanto à promoção de vendas. Nessas condições, a alternativa correta é E).



DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

80

Em substituição ao regime normal de apuração do imposto, as empresas prestadoras de serviços de transporte, relacionadas a seguir, devem pagar mensalmente o ICMS por estimativa, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) aquaviário de cargas e veículos.
- (B) rodoviário intermunicipal de passageiros.
- (C) aquaviário de passageiros.
- (D) ferroviário e metroviário de passageiros.
- (E) rodoviário de carga.

GABARITO COMENTADO:

Dentre as enumeradas nas alternativas, apenas as empresas prestadoras de serviço de transporte rodoviário de carga não pagam o ICMS por estimativa, conforme estabelecido no art. 82, do Livro IX do RICMS. Por isso, correta é a alternativa E).

Todas as demais recolhem o imposto por estimativa, conforme determinam os seguintes dispositivos legais: A) Lei 2804/97, art. 17; B) Lei 2778/97, art. 1º; C) Lei 2804/97, art. 17; D) Lei 2869/97, art. 22.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

81

No momento da elaboração das demonstrações contábeis, o profissional de contabilidade responsável deverá definir a estrutura do balanço patrimonial, considerando a normatização contábil. Esse procedimento tem como objetivo principal:

- (A) aprimorar a capacidade informativa para os usuários das demonstrações contábeis.
- (B) atender às determinações das autoridades tributárias.
- (C) seguir as cláusulas previstas nos contratos de financiamento com os bancos.
- (D) acompanhar as características aplicadas no setor econômico de atuação da empresa.
- (E) manter a consistência com os exercícios anteriores.

GABARITO COMENTADO:

De acordo com o CPC 26, item 9, aprovado pelo CFC, o objetivo das Demonstrações Contábeis é “proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas”.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

82

A Cia Petrópolis apresentava os seguintes dados para a montagem da Demonstração do Valor Adicionado em 31.12.X0:

Vendas	R\$	1.000,00
(incluindo R\$ 190,00 de impostos incidentes sobre vendas)		
Compra de matéria-prima	R\$	240,00
(incluindo R\$ 80,00 de impostos recuperáveis incidentes sobre as compras)		
Despesas de Salários	R\$	200,00
Despesa de Juros	R\$	140,00
Estoque inicial de matéria prima		zero
Estoque final de matéria prima		zero

Assinale a alternativa que indique corretamente o valor adicionado a distribuir da Cia Petrópolis em 31.12.X0.

- (A) R\$ 310,00.
- (B) R\$ 510,00.
- (C) R\$ 620,00.
- (D) R\$ 650,00.
- (E) R\$ 760,00.

GABARITO COMENTADO:

O valor adicionado a distribuir da Cia Petrópolis em 31.12.X0 deve ser calculado do seguinte modo:

Vendas 1000

(-) cmv -240

760

E distribuído do seguinte modo:

sócios 310

funcionários 200

Governo 110

Financiadores 140

VA a distribuir 760

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

83

Em janeiro de 2010, a Cia Teresópolis preparava suas Demonstrações Contábeis de 2009, quando um fato negativo e significativo ocorreu na empresa, obrigando-a a uma mudança nos critérios contábeis para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

De acordo com as normas do CPC aprovadas pelo CFC, assinale a alternativa que indique a causa para que esse fato tenha ocorrido.

- (A) A identificação de que a empresa não mais poderá se manter em continuidade.
- (B) A empresa adquiriu controle de uma nova sociedade de grande porte.
- (C) A empresa tinha passivos em moeda estrangeira e houve uma acentuada desvalorização da moeda nacional.
- (D) A ocorrência de uma mudança significativa na carga tributária incidente para a empresa.
- (E) O principal depósito de mercadorias da empresa sofreu um incêndio de grandes proporções.

GABARITO COMENTADO:

De acordo com o CPC 24, item 14, aprovado pelo CFC, “a entidade não deve elaborar suas demonstrações contábeis com base no pressuposto de continuidade se sua administração determinar após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que pretende liquidar a entidade, ou deixar de operar ou que não tem alternativa realista senão fazê-lo.”

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

84

A Cia Barra Mansa apresentava os seguintes dados em relação ao seu Ativo Imobilizado: equipamentos – custo R\$10.000,00.

Esses ativos entraram em operação em 01.01.2007 e têm vida útil estimada em 5 anos, sendo depreciados pelo método linear.

No início de 2010, a empresa procedeu a uma revisão dos valores, conforme previsto no CPC 27, aprovado pelo CFC. Assim, constatou as seguintes informações:

Valor Justo	R\$ 4.500,00.
Valor Residual	R\$ 4.800,00.

Analisando as informações citadas, assinale a alternativa que indique corretamente o tratamento contábil a ser seguido, a partir de 01.01.2010.

- (A) A empresa deve manter a despesa de depreciação de R\$ 2.000,00 ao ano.
- (B) A empresa deve acelerar a despesa de depreciação uma vez que o valor residual aumentou.
- (C) A empresa deve suspender a despesa de depreciação uma vez que o valor residual está maior que o valor contábil.
- (D) A empresa deve suspender a despesa de depreciação uma vez que o valor justo está maior que o valor contábil.
- (E) A empresa deve acelerar a despesa de depreciação uma vez que o valor justo aumentou.

GABARITO COMENTADO:

Conforme o CPC 27, item 52, aprovado pelo CFC, “a depreciação é reconhecida mesmo que o valor justo do ativo exceda o seu valor contábil, desde que o valor residual do ativo não exceda o seu valor contábil”.

No caso, o valor residual excede o valor contábil.

4.000 valor contábil

4.500 valor justo

4.800 valor residual

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

85

A Cia Niterói apresentava apenas os seguintes saldos nas contas do seu Patrimônio Líquido, em 31.12.2008:

Capital Social	R\$	1.000,00
Reserva Legal	R\$	180,00
Total do PL	R\$	1.180,00

Em 2009, a empresa obteve um lucro líquido de R\$1.000,00.

Em seu estatuto social, a empresa determina a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com o artigo 202 da lei 6404.

A empresa somente irá realizar a assembleia para aprovação dos dividendos em 2010.

Considerando que a empresa segue todas as determinações legais e as normas estabelecidas pelo CPC, aprovadas pelo CFC, assinale a alternativa que indique o valor total do PL em 31.12.2009.

- (A) R\$ 1.930,00.
- (B) R\$ 1.935,00.**
- (C) R\$ 1.943,00.
- (D) R\$ 2.180,00.
- (E) R\$ 1.885,00.

GABARITO COMENTADO:

O valor total do PL em 31.12.2009 deve ser calculado da seguinte forma, de modo que a reserva legal não ultrapasse 20% do capital social, como determina a Lei 6404.

Capital social	1.000
Reserva Legal inicial	180
Reserva legal constituída	20
Lucro retido= $980 \times 0,75$	<u>735</u>
	1.935

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

86

A empresa X produz e vende unicamente o produto Y. A margem de contribuição unitária de Y duplicou do primeiro para o segundo trimestre de 2010.

A causa correta para que esse fato tenha ocorrido é:

Obs.: Mantendo-se constantes todas as outras variáveis.

- (A) diminuição do salário do contador.
- (B) aumento do valor do aluguel da fábrica.
- (C) diminuição do valor do aluguel da fábrica.
- (D) aumento do preço cobrado por Y.
- (E) aumento do custo da matéria prima utilizada para fabricar Y.

GABARITO COMENTADO:

Como margem de contribuição = Preço – (custo variável + despesa variável), ela pode ter duplicado caso verificar-se um aumento do preço cobrado por Y. A, B e C são fixos, portanto, não influenciam a margem de contribuição. Já E traria uma diminuição da margem de contribuição.



DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

87

Assinale a alternativa que apresente a circunstância em que o Sistema de Custeio por Ordem de Produção é indicado.

- (A) O montante dos custos fixos é superior ao valor dos custos variáveis.
- (B) A empresa é monoprodutora.
- (C) O montante dos custos indiretos de fabricação é maior que os custos de mão de obra direta.
- (D) A empresa adota o Custo-Padrão para controle dos custos indiretos de fabricação.
- (E) Os produtos são industrializados de acordo com as especificações dos clientes.

GABARITO COMENTADO:

O custeio por Ordem de Produção é utilizado quando a empresa fabrica um produto de acordo com as especificações dos clientes. As demais alternativas não apresentam fatores determinantes para a utilização do custeio por Ordem.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

88

O Balancete de 31.12.2009 da Cia Volta Redonda, que atua exclusivamente no comércio varejista, apresentava os seguintes saldos (em R\$):

Caixa e Equivalentes de Caixa	20.000,00
Estoques previstos para serem vendidos em 100 dias	30.000,00
Clientes, com vencimento em 120 dias	140.000,00
Contas de Ajuste a Valor Presente a apropriar sobre clientes	1.000,00
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre clientes	2.000,00
Provisão para Contingências Tributárias	5.000,00
Provisão para Perdas nos Estoques	3.000,00
Seguros Pagos Antecipadamente, a serem apropriados mensalmente de forma linear por dois anos	2.400,00
Aplicação Financeira para ser realizada em um prazo de 180 dias	32.000,00
Empréstimo a acionistas a ser recebido em 60 dias	5.000,00

Assinale a alternativa que indique o total do Ativo Circulante a ser evidenciado no Balanço Patrimonial de 31.12.2009.

- (A) R\$ 218.000,00.
- (B) R\$ 221.000,00.
- (C) R\$ 217.200,00.
- (D) R\$ 222.200,00.
- (E) R\$ 221.200,00.

GABARITO COMENTADO:

O Ativo Circulante da empresa é composto da seguinte forma:

Ativo Circulante:

caixa e equivalente	20.000
Estoques	30.000
clientes CP	140.000
ajuste a VP	1.000
Pcld	2.000
prov. Perdas	3.000
seguros CP	1.200
aplicação financ CP	32.000

217.200

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

89

A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível.

Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima.

No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

- (A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.
- (B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.
- (C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.
- (D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.
- (E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.

GABARITO COMENTADO:

De acordo com o CPC 25, item 14, “uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. “ Ainda, “uma entidade deve divulgar um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos”. Portanto, como a perda da causa é possível, a empresa deve apresentar a sua posição em notas explicativas.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

90

A Cia Magé apresentava os seguintes saldos no Balanço Patrimonial de 31.12.2008:

Inventário de matérias primas	R\$ 10.000,00
Inventário de produtos em elaboração	R\$ 4.000,00
Inventário de produtos acabados	R\$ 20.000,00.

Em 2009, verificou-se que a empresa realizou as seguintes transações econômicas:

Compras de matérias primas	R\$ 50.000,00
Custo de mão de obra direta	R\$ 30.000,00
Mão de obra indireta da fábrica	R\$ 6.000,00
Materiais indiretos de fabricação	R\$ 11.000,00
Depreciação dos equipamentos da fábrica	R\$ 2.000,00
Depreciação dos veículos das lojas	R\$ 3.000,00
Despesa com créditos de liquidação duvidosa	R\$ 1.000,00

No final de 2009, a empresa efetuou a avaliação dos saldos existentes nos estoques, obtendo a seguinte informação:

Inventário de matérias primas	R\$ 7.000,00
Inventário de produtos em elaboração	zero
Inventário de Produtos Acabados	R\$ 6.000,00

Assinale a alternativa que indique o valor do Custo dos Produtos Vendidos a ser apresentado na Demonstração do Resultado de 2009.

- (A) R\$ 126.000,00.
- (B) R\$ 71.000,00.
- (C) R\$ 123.000,00.
- (D) R\$ 120.000,00.**
- (E) R\$ 101.000,00.

GABARITO COMENTADO:

O valor do Custo dos Produtos Vendidos em 2009 pode ser obtido do seguinte modo:

MATÉRIA PRIMA	EST. PRODUTOS EM ELABORAÇÃO	EST. PRODUTOS ACABADOS
10.000	4.000	20.000
50.000	30.000	106.000
60.000	6.000	126.000
53.000	11.000	120.000
7.000	2.000	6.000
	53.000	
	106.000	
	106.000	
	ZERO	

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

91

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com relação à amostragem em auditoria, define o termo *anomalia* como:

- (A) o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, possa ser diferente se toda a população estiver sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
- (B) a distorção ou o desvio comprovadamente não representativo de distorção ou desvio em uma população.
- (C) o processo de dividir uma população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de amostragem com características semelhantes.
- (D) um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário não seja excedido pela distorção real na população.
- (E) o conjunto completo de dados sobre o qual a amostra é selecionada e sobre o qual o auditor deseja concluir.

GABARITO COMENTADO:

A questão aborda amostragem em auditoria, apoiada na resolução 1222/09 item 5, estando correta a letra B.



DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

92

De acordo com as normas de auditoria em vigor, a medida da qualidade da evidência de auditoria, isto é, a relevância e confiabilidade para suportar as conclusões em que se fundamenta o auditor, é conhecida como:

- (A) avaliação dos procedimentos de auditoria.
- (B) avaliação dos papéis de trabalho dos especialistas.
- (C) suficiência da evidência de auditoria.
- (D) evidência de auditoria.
- (E) adequação da evidência de auditoria.

GABARITO COMENTADO:

A questão está de acordo com a Resolução CFC n.º 1217/09 que aprovou a NBC TA 500 - Evidência de Auditoria, que no item 5 traz as definições, entre elas a de “Adequação de Evidência de Auditoria” cujos termos exatos foram expressos na questão.



DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

93

De acordo com as regras de auditoria o procedimento substantivo, planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações, inclui:

- (A) testes adjetivos, procedimentos analíticos e teste de controle.
- (B) testes de controle, revisão analítica e testes de detalhes.
- (C) testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos.
- (D) evidência de auditoria, testes de controle e testes de observância.
- (E) procedimentos analíticos substantivos, testes de relevância e testes de procedimentos.

GABARITO COMENTADO:

A questão aborda os procedimentos substantivos, item 4 da resolução 1214/09, estando correta a letra C.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

94

Nas atividades de planejamento o auditor deve estabelecer uma estratégia global definindo o alcance, a época e a direção para o desenvolvimento do plano de auditoria.

A respeito do planejamento da auditoria, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O auditor deve identificar as características do trabalho para definir o seu alcance, bem como definir os objetivos do relatório do trabalho de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas.
- (B) O auditor deve considerar os fatores que no seu julgamento profissional são significativos para orientar os esforços da equipe do trabalho e determinar a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho.
- (C) O auditor deve considerar os resultados das atividades preliminares do trabalho de auditoria e, quando for o caso, a relevância do conhecimento obtido em outros trabalhos.
- (D) O auditor deve desenvolver o plano de auditoria e nele deve incluir a descrição da natureza, a época e a extensão dos procedimentos planejados de avaliação de risco.
- (E) O auditor deve atualizar e alterar a estratégia global e o plano de auditoria, para definir o tipo de técnica e os procedimentos aplicáveis na revisão do seu trabalho.

GABARITO COMENTADO:

A questão está baseada na Resolução CFC nº 1211/09 nos itens 7, 8, 9 e 10. A opção E está errada pois foi alterado o texto original do item 10 da resolução que é o seguinte: “O auditor deve atualizar e alterar a estratégia global de auditoria e o plano de auditoria sempre que necessário no curso da auditoria”

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

95

Com relação ao planejamento e execução da auditoria de demonstrações contábeis, analise as afirmativas a seguir.

- I. O auditor deve adotar julgamento profissional quanto à natureza, à época e à extensão dos procedimentos aplicados para o cumprimento das exigências das normas e a coleta de evidências.
- II. O auditor deve avaliar se foi obtida evidência de auditoria suficiente e apropriada e se algo mais precisa ser feito para que sejam cumpridos os objetivos das normas e, com isso, os objetivos gerais do auditor.
- III. O auditor deve extrair conclusões baseadas nas evidências obtidas, por exemplo, pela avaliação da razoabilidade das estimativas feitas pela administração na elaboração das demonstrações contábeis.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A questão está baseada na Resolução CFC n.º 1203 item A23.



DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

96

O auditor independente, para determinar se o trabalho dos auditores internos é adequado, deve avaliar os aspectos relacionados nas alternativas a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A objetividade da função de auditoria interna.
- (B) A competência técnica dos auditores internos.
- (C) A necessidade do uso do trabalho de especialistas para executar a auditoria interna.
- (D) O zelo profissional demonstrado pelos auditores internos durante o trabalho.
- (E) A comunicação eficaz entre os auditores internos e o auditor independente.

GABARITO COMENTADO:

A questão está baseada na Resolução CFC n.º 1229/09. As opções A, B, D e E estão de acordo com o item 12 da Resolução, enquanto a opção C não enquadra-se à questão.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

97

Analise as afirmativas a seguir:

- I. A prevenção e detecção da fraude é de responsabilidade da governança da entidade e da sua administração.
- II. Apesar de o auditor poder suspeitar ou, em raros casos, identificar a ocorrência de fraude, ele pode estabelecer juridicamente se realmente ocorreu fraude.
- III. O auditor que realiza auditoria de acordo com as normas é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contém distorções relevantes, causadas por fraude ou erro.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa II estiver correta.

GABARITO COMENTADO:

A questão está de acordo com a Resolução CFC n.º 1207/09.

O item I está exatamente de acordo com o item 4 da Resolução.

O item II está errado pois o auditor não pode estabelecer juridicamente se ocorreu fraude, conforme item 3 da Resolução.

O item III está exatamente de acordo com o item 5 da Resolução.

O item IV está errado pois há risco inevitável de algumas distorções relevantes possam não ser detectadas, de acordo com o item 5 da Resolução.



DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

98

De acordo com a Resolução CFC n.º 1229/09, as atividades inerentes a auditoria interna estão relacionadas nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Revisão da conformidade com leis e regulamentos.
- (B) Monitoramento da auditoria externa.
- (C) Exame das informações contábeis e operacionais.
- (D) Revisão das atividades operacionais.
- (E) Gestão de risco.

GABARITO COMENTADO:

A questão esta de acordo com a Resolução 1229/09, item A3. A opção conta na letra B está errada pois conforme o texto da Resolução o certo é: Monitoramento do controle interno.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

99

A respeito do controle de qualidade da Auditoria das Demonstrações Contábeis, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os sistemas, as políticas e os procedimentos de controle de qualidade são de responsabilidade da empresa auditada que deve seguir as políticas e processos de trabalho implantadas.
- II. O revisor do controle de qualidade do trabalho deve realizar uma avaliação subjetiva dos julgamentos feitos pela equipe de trabalho e, ao elaborar o relatório, as conclusões devem envolver a revisão das demonstrações contábeis.
- III. No caso de surgirem diferenças de opinião dentro da equipe de trabalho, com as pessoas consultadas ou, quando aplicável, entre o sócio encarregado do trabalho e o revisor do controle de qualidade do trabalho, a equipe de trabalho deve seguir as políticas e procedimentos da firma para tratar e resolver as diferenças de opinião.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.**
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A questão está baseada na Resolução CFC n.º 1205/09 itens 2, 19, 20, 21, 22, sendo que o único item que está de acordo com a Resolução é da letra E (item 22).

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E DE CUSTOS E AUDITORIA

100

Com relação à Resolução 986/03, que estabelece os procedimentos relacionados à Auditoria Interna, analise as afirmativas a seguir.

- I. Tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.
- II. Deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional.
- III. Deve assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

GABARITO COMENTADO:

A questão está de acordo com a Resolução 986/03 a exceção da opção da letra D cujo texto original é o seguinte:

“A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos; estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos.”